ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, nesta Vila de Coruche, Auditório do Museu Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente José João Henriques Coelho, pelo Primeiro Secretário Nelson Fernando Nunes Galvão e pela Segundo Secretário Ana Patrícia Caçador Palma (Partido Socialista). ----------

-------- Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:----------

-------- Mara Lúcia Lagriminha Coelho, Filipe Claro Justino, Joaquim Filipe Coelho Serrão, Luísa Pinheiro Portugal, Artur Fernando Salgado e José Fernando Constantino Teles (Partido Socialista). ----------

-------- Edite Maria Pardal do Vale Santos Formigo, Fernando Aníbal Serafim, Armando Rodrigues, Liliana Catarina Barroso de Sousa e Rui Miguel Friezas Aldeano (Coligação Democrática Unitária). ----------

-------- Gonçalo André Ramos Ferreira (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche).----

-------- Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia do Biscainho - Partido Socialista), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia da Branca - Partido Socialista), Jacinto Amaro de Oliveira Barbosa (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista) Luís Alberto Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia do Couço - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Duarte (Presidente da Junta de Freguesia da Erra - Partido Socialista), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista.----------

-------- Não estavam presentes os seguintes Deputados Municipais: Isabel Maria Bernardina Ferreira, Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira, Ernesto Cordeiro (Partido Socialista), António Joaquim Soares (Coligação Democrática Unitária), Abel Manuel de Matos Alves dos Santos (Movimento Independente de Cidadãos por Coruche), José Manuel Conceição Meirinho de Jesus (Partido Social Democrata) e Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda - Coligação Democrática Unitária). ----------

-------- O Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes pedidos de substituição, de conformidade com os Artigos 78.º e 79.º da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. ----------

-------- A Deputada Municipal Isabel Maria Bernardina Ferreira fez-se substituir por José Dionísio, membro a seguir na lista do Partido Socialista.----------

-------- O Deputado Municipal Osvaldo Manuel dos Santos Ferreira fez-se substituir por Sérgio Manuel Teles, membro a seguir na lista do Partido Socialista.----------

-------- O Deputado Municipal Ernesto Cordeiro fez-se substituir por Patrícia Sofia Rosão Ta-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

deia, membro a seguir na lista do Partido Socialista. ----------

-------- O Deputado Municipal Abel Manuel de Matos Alves dos Santos fez-se substituir por António Joaquim Pinto Pereira, por impossibilidade de presença de Sandra Luísa Négrier Meirinho Diogo, Manuel João Ferreira Pascoal e Sofia João Ferreira, membros a seguir na lista do Movimento Independente de Cidadão por Coruche. ----------

-------- O Deputado Municipal José Manuel Conceição Meirinho de Jesus indicou como seu substituto Francisco Artur Gomes Gaspar, o qual justificou que não poderia comparecer.----------

-------- Verificado o quórum, com a presença de vinte e seis membros, o Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos, com a seguinte **Ordem do Dia:**----------

-------- **PONTO UM - REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA;** ----------

-------- **PONTO DOIS - MERCADO MUNICIPAL - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS;** ----------

-------- **PONTO TRÊS - MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS;**----------

-------- **PONTO QUATRO - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS PARA O ANO DE 2012;** ----------

-------- **PONTO CINCO - FIXAÇÃO DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;**----------

-------- **PONTO SEIS - FIXAÇÃO DE TAXA DE DERRAMA;** ----------

-------- **PONTO SETE - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR ANOS ECONÓMICOS;**----------

-------- **PONTO OITO - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2011;** ----------

-------- **PONTO NOVE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012;** ----------

-------- **PONTO DEZ - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012;**----------

-------- **PONTO ONZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012;** ----------

-------- **PONTO DOZE - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - DELIBERAÇÃO DO VALOR DAS CONTRAPARTIDAS FINANCEIRAS;** ----------

-------- **PONTO TREZE - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NA JUNTA DE FREGUESIA DE CORUCHE;** ----------

-------- **PONTO CATORZE - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES;** ----------

-------- **PONTO QUINZE - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL;** --------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

--------**PONTO DEZASSEIS - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - AÇUDE DO RIO SORRAIA;** ----------

--------**PONTO DEZASSETE - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - CENTRO ESCOLAR DE CORUCHE;** ----------

--------**PONTO DEZOITO - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - CENTRO ESCOLAR DA FAJARDA;** ----------

--------**PONTO DEZANOVE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO.**----------

--------Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores, Francisco Silvestre de Oliveira, Maria de Fátima Raimundo Galhardo, Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho e Tiago Portugal Neto Capaz.----------

---------- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: O Regimento prevê que o "Período de Intervenção do Público" aconteça no final da sessão. Como hoje há muito público na sala e tendo em conta a razão que os trouxe à Assembleia, acho que era uma injustiça fazê-los esperar até ao final dos trabalhos. Queria pedir autorização à Assembleia, dado que já não é a primeira vez que o fazemos, para que fosse dada a palavra ao público antes de entrarmos no "Período de Antes da Ordem do Dia".----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura do "Período de Intervenção do Público".----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: O Regimento prevê que sempre que haja assuntos de relevante interesse municipal, os mesmos possam ser considerados e tratados logo no início da sessão. Nesse sentido, não é nenhuma benesse do Senhor Presidente da Assembleia. - ----------

--------O Presidente da Assembleia salientou: É correcto colocar à consideração da Assembleia Municipal a alteração.----------

--------De seguida, passou a palavra ao público.----------

--------Não houve da parte do público interessados em usar da palavra.----------

---------- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA ----------

--------**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-** O Senhor Presidente deu conhecimento do pedido de justificação de falta do Deputado Municipal Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia da Fajarda). ----------

--------**APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-** O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a acta da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011. ----------

--------Foram solicitadas as seguintes alterações à acta:----------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano solicitou que na folha duzentos e sessenta e seis ver-

so, linha trinta e quatro, onde se lê "chicana", deverá ler-se "gincana". ----------

-------- O Deputado Municipal Fernando Serafim solicitou que na folha duzentos e cinquenta e cinco, linha trinta e um, onde se lê "aquém" deverá ler-se "além". Na linha trinta e três, onde se lê "cinco" deverá ler-se "sete".----------

-------- O Deputado Municipal Filipe Justino solicitou que na folha duzentos e quarenta e seis, linha catorze, onde se lê "calhar" deverá ler-se "calar". Na folha duzentos e cinquenta e nove, linha sete, onde se lê "alta", deverá ler-se "falta". ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação a acta.----------

-------- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor (quinze do PS e três da CDU) e oito abstenções - Segundo Secretário, Ana Palma (PS) e Deputados Municipais Luísa Portugal e Sérgio Teles (PS), Deputados Municipais Edite Formigo, Liliana Barroso e Armando Rodrigues (CDU) e Deputados Municipais Gonçalo Ferreira e António Pereira (MIC), aprovar a presente acta.----------

-------- O Presidente da Assembleia deu conhecimento da **correspondência** com o registo número cento e quarenta e seis a cento e noventa e oito, cujo mapa foi distribuído a todos os Deputados Municipais.----------

-------- Seguidamente, deu a palavra aos Deputados Municipais.----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou, em nome do Grupo Municipal da CDU, a **Moção** que a seguir se transcreve: ----------

-------- "Portugal e os portugueses atravessam um dos períodos mais difíceis da sua história após o 25 de Abril de 1974.----------

-------- O ano de 2012 apresenta-se aos trabalhadores portugueses como um ano de austeridade e de agravamento das desigualdades sociais e financeiras. ----------

-------- No entanto, há direitos que devem ser considerados inalienáveis devido a por si só representarem uma conquista civilizacional.----------

-------- O direito às 8 horas de trabalho diário é sem dúvida um desses direitos.----------

-------- A conquista das 8 horas de trabalho permitiu aos trabalhadores portugueses melhorar a sua qualidade de vida, verem os seus filhos crescer, aumentar o seu vencimento e reduzirem as desigualdades sociais. ----------

-------- Como disse a resistente anti-fascista da Freguesia do Couço, Maria Rosa Viseu, sobre a conquista das 8 horas de trabalho: - "Deixámos de ser bichos da noite. Saíamos de dia de casa e entrávamos de dia em casa". ----------

-------- A vontade do governo de impor um aumento da jornada diária de trabalho em 30 minutos com o falso argumento que irá aumentar a competitividade, traduz-se na realidade na criação de 16 dias de trabalho não remunerado, colocando em risco 192 mil postos de trabalho e aumentan-

do a miséria, a exploração e as desigualdades sociais. ----------

-------- Historicamente esta medida é ainda mais imoral, tendo em conta que 2012 será o ano em que se comemoram os 50 anos da conquista das 8 horas de trabalho nos campos do Sul de Portugal. ----------

-------- Tendo em conta o exposto e de forma honrosa para com os trabalhadores do concelho de Coruche que à custa de muitos sacrifícios, chegando a ser perseguidos, presos e torturados, deixaram às gerações mais jovens a conquista das 8 horas de trabalho, a Assembleia Municipal de Coruche reunida a 16 de Dezembro de 2011 delibera: ----------

-------- 1 - Rejeitar o aumento da jornada diária de trabalho. ----------

-------- 2 - Manifestar a sua indignação e desacordo com a forma cobarde com que o governo em época natalícia tenta fazer aprovar esta alteração à lei. ----------

-------- Promover um debate entre as forças políticas representadas na Assembleia Municipal de Coruche, o Movimento Sindicar Unitário e a população, com o intuito de promover uma verdadeira discussão pública sobre esta matéria. ----------

-------- Enviar ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, aos Grupos Parlamentares, à Câmara Municipal e aos órgãos de comunicação social." ----------

-------- O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: O que me traz à discussão neste momento, e está aqui representada a população do Couço e de Santa Justa, é a situação particularmente difícil que se está a viver em Santa Justa, porque a ponte "Joaquim Casanova do Beco" encontra-se com graves problemas. Sem uma avaliação concreta não se pode dizer até que nível são esses problemas, mas têm de ter uma solução urgente. ----------

-------- Como se sabe, a ponte foi construída nos finais dos anos 60, ou seja, tem 40 anos. ---------

-------- Antes da sua construção, no período de Inverno, a passagem do rio, e eu ainda sou desse tempo, era feita através de barco pelo Senhor José Casanova do Beco e pelo Senhor Quineta, daí a ponte ter o nome desse homem que tantas vezes passou as pessoas de Santa Justa para o Couço. Era a única forma de fazer a ligação entre estas duas povoações. No Verão passava-se por dentro do rio. Tem de se fazer alguma pressão para que esta situação seja invertida e para não se voltar a esse tempo. No caso de haver algum azar temos de voltar a esses tempos, temos de usar um barco para ir para Santa Justa. ----------

-------- Há muito tempo que esta situação anda a ser comunicada a vários organismos, à Câmara Municipal, à Associação de Regantes, ao Governo Civil e à Protecção Civil. ----------

-------- Nos anos 80, a Câmara Municipal procedeu a uma intervenção ao nível dos pilares da ponte, a qual foi feita pela empresa Teixeira Duarte. ----------

-------- Durante muitos anos, até aos anos 90, a estrada que ligava Montargil/Couço tinha imenso trânsito pesado, tendo a ponte sofrido muito com essa situação. Este tráfego só parou durante uns

anos porque a chamada "estrada da miséria" deixou de ser transitável. Há dez anos, com a pavimentação da estrada municipal no concelho da Ponte de Sôr, no sentido Montargil/Couço, e ainda a repavimentação da nossa estrada municipal no sentido Santa Justa/limite do concelho, passou a haver mais trânsito. A estrada de Montargil previa o trânsito até 15 toneladas. Nessa altura, o Município considerou que aquela estrada era municipal e restringiu o troço a 20 toneladas. -----

-------- Se a estrada é municipal, de quem é a ponte? Este é o imbróglio em que nos encontramos hoje e que continuamos sem conseguir desenrolar. Sabe-se que a ponte foi construída pela Associação de Regantes, sabe-se que a ponte foi mantida pela Câmara Municipal, mas não se sabe de quem é a ponte. Hoje, há um jogo do empurra entre a Associação de Regantes e a Câmara Municipal. ----------

-------- Uma ponte só com um sentido não é a ponte ideal face ao volume de tráfego a nível nacional que por ali passa, vindo de Castelo Branco, da Covilhã e de toda a zona norte.----------

-------- Há muitos anos que se exige a construção de uma nova ponte. Também o PCP na Assembleia da República, através dos seus Deputados, há mais de 15 anos, ano após ano, tem proposto a sua inclusão em PIDDAC por forma a que o Estado fizesse essa obra. Mas certo é que ano após ano, quer o PSD quer o PS, que têm estado no Governo, sempre recusaram a inclusão dessa obra. Assim, continuamos com uma ponte com o problema que hoje conhecemos. Não haja a menor dúvida, que a solução para este grave problema seria a construção de uma nova ponte, mas, dadas as dificuldades económicas do país, se calhar será uma realidade para adiar. ----------

-------- A Junta de Freguesia do Couço, desde Março deste ano, após ter sido detectada uma oscilação num dos tabuleiros, embora ultimamente não aconteça porque houve uma pequena intervenção provisória por parte da Câmara, tem dado conhecimento do problema à Câmara Municipal e à Associação de Regantes. A resposta por parte da Câmara foi que não tinha nada a ver com a ponte, a qual é propriedade da Associação de Regantes, embora estivesse disponível para dar alguma contribuição para a sua reparação. A Associação de Regantes respondeu que não tinha nada a ver com a ponte desde que a estrada passou a municipal, mas também podiam dar alguma contribuição.----------

-------- Entretanto, também a Autoridade Nacional de Protecção Civil nos disse que enquanto não se resolver o problema de quem é a ponte, é impossível proceder a reparações. ----------

-------- Também o Conselho Municipal de Segurança, na sua última reunião, foi informado desta situação. ----------

-------- Andou uma teimosia com o Senhor Comandante dos Bombeiros relativamente aos pilares da ponte. O problema não é em relação aos pilares, mas em relação ao tabuleiro. No passado dia 11 de Novembro, a GNR entendeu encerrar a ponte ao trânsito durante algumas horas, porque teve conhecimento que havia um problema ao nível do tabuleiro. Nessa altura, a Câmara oficiou

o Governo Civil relatando a situação, a qual já era conhecida há muito tempo.----------

--------Após essa situação, o Senhor Comandante dos Bombeiros fez uma análise à ponte e propôs o seu encerramento por completo a viaturas, excepto a peões e a motociclos, até que houvesse uma avaliação correcta da situação. Nós até concordávamos com essa situação.----------

--------No entanto, acabou por ser condicionado o trânsito a 3,5 toneladas, excepto veículos de passageiros. Pensamos que não foi a melhor opção, porque se houver um colapso da ponte, com os autocarros a passar, certamente que vai acontecer um acidente muito maior.----------

--------A população de Santa Justa e do Couço já se manifestou numa reunião de Câmara, na qual o Senhor Presidente da Câmara se solidarizou com a população e comprometeu-se a fazer as obras logo que a Associação de Regantes tivesse a iniciativa de as começar. ----------

--------A população de Santa Justa e do Couço, passado um mês sem respostas concretas, fez uma marcha pela ponte, no passado Domingo, exigindo a sua reparação urgente.----------

--------Não é só a população que tem problemas se não houver aquela passagem, é também o comércio local e as actividades económicas, nomeadamente, uma pedreira, uma industria de madeiras, uma industria de lenhas e também a agricultura. Há muita gente que necessita de ter ali uma forma de travessia e a ponte não pode ser transitável a mais de 3,5 toneladas. Ninguém sabe o que pode acontecer. Não há um estudo que diga em concreto se são 3,5 toneladas ou 10 toneladas. - ----------

--------Temos aqui presente a população da freguesia do Couço, a qual pretende mostrar o seu desagrado em relação a esta situação. Estamos perante um problema grave e que urge ser resolvido, pois os factos atrás expostos não podem continuar. Não haja dúvidas que, a curto prazo, pode acontecer uma tragédia e isso seria de evitar. ----------

--------Queria também dizer ao Senhor Presidente da Câmara, que é o responsável máximo pela protecção civil no concelho, que não pode apenas dizer, entende a Junta de Freguesia do Couço, que está solidário com a população. Isso não chega. O que o Senhor Presidente da Câmara tem de fazer é tomar a iniciativa. Se a Associação de Regantes não a toma, tem de ser a Câmara Municipal a tomá-la. Se houver um azar, vamos esperar que isso nunca aconteça, esse azar vai cair em cima de todos nós e a protecção civil tem o dever e a obrigação de evitar que isso aconteça.--

--------A Deputada Municipal Mara Coelho apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, a **Moção "Defesa da Política de Passes Sociais"** que a seguir se transcreve: ----------

--------"Face às novas linhas de orientação fixadas no Plano Estratégico para os Transportes, o Partido Socialista vê com estrema preocupação o caminho traçado face aos passes escolares sub23 e sub18, que representam um incentivo fundamental para a criação de condições para milhares de jovens poderem frequentar o ensino básico, secundário e superior. ----------

--------A sua eliminação comportará consequências gravosas para as famílias e representará mais

um recuo na aposta nas qualificações dos jovens portugueses, ao arrepio da tendência verificada na esmagadora maioria dos países europeus. ----------

-------- Em primeiro lugar, trata-se de uma opção brutalmente penalizadora de um ponto de vista social, empurrando milhares de famílias, para as quais a medida representava um apoio essencial ao equilíbrio do orçamento familiar, para uma impossibilidade de manter os jovens do agregado familiar a estudar. ----------

-------- No plano do ensino básico e secundário, trata-se de uma realidade que penalizará em especial as zonas do interior mais afastadas dos locais em que se encontram instalados os centros escolares e nas quais o transporte público garantia significativamente o acesso ao estabelecimento de ensino.----------

-------- Tal é o caso do Município de Coruche, com uma extensão territorial 1.117 km^2, e um povoamento sobretudo rural e disperso entre si, em que grande parte do transporte escolar é assegurado pela autarquia, com elevadíssimos custos suportados pelo Município nas situações legalmente exigidas (a partir dos 4 km).----------

-------- Para a deslocação ao Centro Escolar de Coruche, a autarquia em parceria com a empresa Ribatejana criou uma rede de transporte escolar cuja utilização por parte dos alunos de jardim de infância e ensino básico é feita através do Passe 4/18, sendo apenas suportado pelos pais 50% do valor do passe escolar.----------

-------- A ruptura na política de apoio aos jovens estudantes por parte do poder central e às famílias ao deixar de suportar 50% do valor do passe escolar levará a grandes desigualdades que se traduzirão no aumento da pobreza das famílias, já asfixiadas pelas medidas de austeridade implementadas por este governo e que se reflectem nas áreas prioritárias como a saúde, a segurança social e a educação. ----------

-------- Já no caso dos estudantes do ensino superior, trata-se de um recuo que, acompanhado das novas regras de atribuição de bolsas de acção social, vem diminuir o apoio prestado a muitos estudantes. Terá um impacto devastador na continuação dos estudos para muitos milhares de jovens.-- ----------

-------- Por outro lado, de uma perspectiva da política de transportes, trata-se igualmente de uma escolha desastrosa, eliminando um incentivo que trazia mais utentes às redes de transportes, robustecendo o sistema, e que criava habituação entre as camadas mais jovens da população pela opção do transporte público, racionalizando a sua utilização e apostando num caminho ambientalmente mais sustentável. ----------

-------- A Assembleia Municipal de Coruche, reunida a 16 de Dezembro de 2011 em sessão ordinária, delibera repudiar esta política de desmembramento dos serviços sociais e apoios sociais penalizadores para os mais jovens na área da mobilidade e da educação que deve ser uma garan-

tia constitucional para todas e todos. ----------

-------- Pelo exposto, deliberamos ainda remeter este documento ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações para que esta matéria tão penalizadora, sobretudo para as áreas rurais, seja revista e não entre efectivamente em prática no próximo ano." -----

-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: A minha intervenção pretende abordar a questão relativa à ponte de Santa Justa. Tendo em conta a pertinência deste assunto, se me é permitida a sugestão, não sei se não era preferível dar a palavra primeiro ao Senhor Presidente da Câmara. Posso desde já dizer alguma coisa, mas a minha intervenção é muito em função daquilo que forem as afirmações do Senhor Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Assembleia afirmou: A preocupação da população do Couço e de Santa Justa é perfeitamente legítima. A situação a que a ponte chegou tem a ver essencialmente com os vazios que são criados quando são eliminados organismos e não se diz quem é que toma conta do quê. Depois, quando é preciso reparar ou pagar as obras ninguém sabe quem é dono do quê. Essa questão é pertinente e tem sido abordada várias vezes. De quem é a ponte? A ponte é da população, ou seja, é essencialmente de quem precisa dela para passar de um lado para o outro para desenvolver as suas actividades. A ponte faz falta, diria eu, como o pão para a boca. Mas quem é que concretamente tem de fazer essa intervenção? Isso envolve dinheiro, envolve projectos, e não se chegou ainda a essa conclusão. ----------

-------- Penso que estamos todos nesta sala solidários - esta situação tem de ser resolvida. Não se pode viver com este problema ao nível da ponte. Se calhar não devia ter sido permitido todo aquele trânsito que vem da Ponte de Sôr. Enquanto a estrada esteve por conservar do lado da Ponte de Sôr a ponte foi resistindo. Hoje, se calhar, não estava tão degradada. Mas o mal está feito. Há que encontrar é uma solução. ----------

-------- Estou a dizer que a Mesa está solidária e penso que todos os Senhores Deputados estão solidários com as vossas preocupações. O problema é saber como é que o problema se vai resolver. São dois problemas num. ----------

-------- Quanto à manifestação organizada pela população, teve toda a razão de ser. Vou, agora, dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. Ele melhor que ninguém pode falar sobre esta matéria. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Queria dar algumas explicações que já dei e reafirmar as posições que também já tomei publicamente. Como já foi dito, a ponte foi construída nos anos 60, no âmbito daquilo que era a intervenção no perímetro de rega do Vale do Sorraia e sob a tutela da Associação de Regantes e da Direcção Geral de Hidráulica. ----------

-------- Desde a sua construção, e até hoje, nunca essa Direcção Geral de Hidráulica e a Associação de Regantes (ou qualquer outra entidade estatal) se propôs transferir a posse da ponte para a

Câmara Municipal de Coruche ou para qualquer outra entidade. Até que isso aconteça, e haja um acordo-protocolo de entendimento entre as partes, a ponte é da tutela da Associação de Regantes e da Direcção Geral de Hidráulica (hoje Direcção Geral de Agricultura). Essa é a primeira questão. ----------

-------- A Câmara Municipal durante os executivos que eu tenho liderado, como em outras circunstâncias, colaborou em obras de reparação, conservação e manutenção das pontes ao longo do Vale do Sorraia. Não podemos esquecer que há esta ponte, a seguir a da Escusa e depois mais uma quantidade de pontes até ao limite do concelho. A de Santa Justa é a de maior dimensão e a de maior altura, ou seja, é a obra de arte mais importante deste conjunto. ----------

-------- A Câmara, tendo em conta os problemas que foram acontecendo, colaborou há meia dúzia de anos na conservação da ponte da Escusa. A Associação de Regantes contratou um técnico, fez o projecto e depois apresentou à Câmara as dificuldades financeiras para suportar os custos. Na altura, creio que a Câmara suportou 50% do custo dessa intervenção. ----------

-------- Em relação à ponte de Santa Justa, e como aqui já foi dito reiteradamente, há posições políticas do PCP e de outros partidos no sentido de reivindicar o alargamento da ponte ou até a construção de uma nova ponte. ----------

-------- Como aqui também já foi dito isso levou a que, por exemplo, o PCP tenha proposto a inclusão desta obra em PIDDAC. E para responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Couço, basta aquilo que ele próprio disse, ou seja, cada vez que se reivindica o arranjo de uma ponte ou a sua inscrição em PIDDAC obviamente que se está a responsabilizar o Estado, através do Governo, por uma coisa que lhe pertence. Se não houvesse o entendimento de que aquela ponte fosse do Estado não se exigia ao Governo que inscrevesse a obra em PIDDAC. Obviamente que o Senhor Presidente da Junta quando faz a pergunta sabe qual é a resposta. Aliás, também já foi Vereador da Câmara Municipal e não tem conhecimento que a Câmara tenha assinado ou aceite a transferência daquela obra de arte. Isto para dizer que não se trata de fazer pingue-pongue, trata-se da Câmara exigir a quem é responsável que assuma a sua responsabilidade.------

-------- Importa fazer uma correcção. A Câmara não se comprometeu a fazer a obra. A Câmara e o Presidente da Câmara comprometeram-se numa reunião com a população do Couço e de Santa Justa, e onde também estava o Presidente da Junta, a comparticipar na execução da obra. Mostrámos disponibilidade para comparticipar a execução da obra e continuamos a fazê-lo. Aliás, na sequência da manifestação do passado fim de semana, vieram notícias nos jornais onde havia declarações do Presidente da Câmara em que se comprometia a comparticipar a execução das obras. No entanto, não nos sentimos com direito, nem com responsabilidade, para fazer uma obra que não nos pertence.----------

-------- A Câmara não tem técnicos habilitados para fazer qualquer estudo sobre a situação da

ponte. Não percebo nada de engenharia, mas é uma ponte que aparentemente tem alguma anomalia naquele primeiro tabuleiro. No entanto, há ainda um conjunto de tabuleiros e de pilares. Parece-me que qualquer intervenção que se faça deve subentender um estudo sério daquela ponte na sua totalidade. ----------

-------- Isto para dizer, que na opinião da Câmara Municipal, a tutela deve assumir a responsabilidade de uma análise à ponte, e de seguida, se assim o entender, desafiar a Câmara Municipal para colaborar na resolução do problema (comparticipando financeiramente). Apesar da responsabilidade e da tutela não pertencer à Câmara Municipal, admitimos que essa é uma forma de ajudar a resolver o problema.----------

-------- Poderão questionar - mas então a Câmara tem dinheiro? Obviamente tem de arranjá-lo. Se é canalizado para ali, não pode ser para outro lado. Em suma, é uma questão de urgência, é uma questão de necessidade, é uma questão de mobilidade para as populações, para as que vivem em Santa Justa e para as que se deslocam no trajecto regional ou nacional. Obviamente que todos nós reconhecemos que é, de facto, uma necessidade e damos importância a esse problema. -------

-------- As Câmaras Municipais estão hoje sobrecarregadas com um conjunto de atribuições, algumas directas, outras indirectas, que dificultam imenso as suas obrigações. Obviamente que se a Câmara vai intervir em áreas deste tipo, deixa de fazer outras obras e, portanto, não é isso que as pessoas esperam da Câmara. ----------

-------- Até hoje, da parte da tutela não foi assumida qualquer responsabilidade para a resolução do problema. Não há um estudo que diga que esta obra necessita de uma intervenção, que custa cinco mil, dez mil, cinquenta mil ou trezentos mil euros. Também não foi questionado se a Câmara está disponível para colaborar. Esta situação tem de ser assumida pela tutela. Há uma população envolvida e há pessoas prejudicadas. Quando há pessoas prejudicadas porque não têm médico de família ou não têm enfermeiro, é a Câmara que vai pagar? Por exemplo, a nossa Unidade de Saúde está parada porque terminou o contrato do enfermeiro. É assim que as coisas se fazem? Quando o Ministério da Educação não coloca um professor, é a Câmara ou a Junta de Freguesia que deve suportar essas despesas? Não me parece que seja correcto. Uma coisa é uma intervenção de emergência e foi isso que a Protecção Civil fez no local. No entanto, a Protecção Civil não tem meios para fazer a obra. Tem meios para fazer uma análise e para propor medidas restritivas. É isso que pode fazer o Presidente da Câmara, que é o responsável pela Protecção Civil. Tomámos a medida que nos pareceu ajustada: limitar a circulação até 3,5 toneladas. ----------

-------- É preciso que a tutela assuma a responsabilidade. Andamos há semanas a tentar uma reunião com o Secretário de Estado e ainda não foi possível.----------

-------- A Câmara não foge ao problema e está muito preocupada com o facto de no concelho de Coruche existir uma ponte naquelas condições. Sendo uma ponte do Estado, exige-se que quem

está no Governo assuma as suas responsabilidades. ----------

-------- As pessoas têm razão. O que podemos fazer é dar eco àquilo que as populações protestam e às suas reivindicações. Nós temo-lo feito e estamos de facto interessados em que o problema se resolva. É uma vergonha aquela situação. Estamos a trabalhar todos os dias para resolver a situação. Se o Governo não tem dinheiro, então que peça ajuda, que nós colaboramos ou então que arranje uma linha qualquer de financiamento. A ponte precisa no imediato de um estudo sério para se possa intervir. O que se fez foi pôr umas cunhas de madeira para evitar que o tabuleiro esteja a bater. A passagem constante de camiões na ponte foi uma situação completamente abusiva. Quem é que autoriza a Estradas de Portugal a colocar em Montargil uma placa a indicar as direcções de Couço e Coruche por aquela estrada? Trata-se de uma estrada municipal, dos Municípios da Ponte de Sor e de Coruche. Quem é que autoriza a Estradas de Portugal a desviar por aquela estrada o trânsito nacional? Com que sentido? Se a Estradas de Portugal entendem que deve circular por ali o trânsito, que se cheguem à frente para tomar conta da estrada. ----------

-------- Em resumo, nós estamos ao lado da população e estamos interessados em que a situação se resolva. ----------

-------- Gostaria de dar um pequeno esclarecimento, embora não se tenha aqui falado. Houve uma comunicação feita ao Governo Civil sobre uma manifestação que se vai realizar no próximo Domingo. Actualmente o Governo Civil não tem tutela sobre estas questões. A legislação foi alterada. Deve ser comunicado ao Presidente da Câmara com dois dias de antecedência. A Câmara, se estiver informada, comunica às autoridades e as pessoas têm o direito de se manifestarem.-----

-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: É extremamente saudável e importante esta deslocação da população de Santa Justa e do Couço aqui à Assembleia Municipal. É pena que outras populações do concelho não o façam. É um exercício de cidadania e é salutar para o Poder Local que as populações se desloquem, exponham e reivindiquem da forma que sabem (franca, aberta, sem grandes preocupações formais). Isto é o Poder Local que o 25 de Abril nos trouxe.----------

-------- Também conheço o historial da ponte, como foi relatado pelo Presidente da Junta de Freguesia do Couço e, de alguma maneira, pelo Senhor Presidente da Câmara. Desde que haja vontade política e bom senso o problema soluciona-se. Este problema é suficientemente sério e merece uma grande atenção. ----------

-------- Também tenho acompanhado a comunicação social, na qual tem sido divulgado que o Senhor Presidente da Câmara tem afirmado a sua solidariedade e a sua disponibilidade. Agora voltou aqui a fazê-lo. No entanto, mais que a reafirmação de intenções, penso que é preciso agir. O Senhor Presidente diz que tem estado a agir, mas é necessário agir lado a lado com a Comissão de Utentes e com a Junta de Freguesia para se encontrar uma solução. Mais que saber nesta altu-

ra de quem é a tutela da ponte, acho que se deve agir com determinação e mais celeridade.--------

-------- Creio que todos nós conhecemos o concelho. Quantas vezes a Câmara não vai muito além do que são as suas competências em investimentos muito significativos e em questões não tão prementes como esta que agora se coloca. É uma urgência. É este o apelo que aqui deixo e gostaria de ver na próxima Segunda-Feira o Senhor Presidente da Câmara, em conjunto com a Comissão de Utentes ou com o Presidente da Junta, tentarem desbloquear a situação o mais rapidamente possível. ----------

-------- Foi dito uma coisa que é deveras preocupante. De facto, há uma interdição a veículos de tonelagem superior a 3,5 toneladas, mas ninguém nos diz que mesmo para tonelagem inferior a ponte tenha segurança e que não possa haver problemas. Penso que o bom senso tem de imperar e tem de imperar, também, alguma coerência.----------

-------- Mais do que encontrar responsáveis, tem de se resolver o problema da ponte. O Presidente da Câmara, pela sua posição institucional, é o representante máximo da população do concelho, deve pôr-se ao lado da população e dar passos concretos, com determinação, com celeridade, para a resolução do problema. ----------

-------- A Deputada Municipal Luísa Portugal referiu: Independentemente da importância do problema que tem estado aqui a ser debatido sobre a ponte de Santa Justa, gostava de falar de outro problema que, de alguma maneira, já foi aqui aflorado pelo Senhor Presidente da Câmara. Do ponto de vista político, queria informar esta Assembleia que ontem fui surpreendida com uma declaração do Senhor Deputado Bernardino Soares, dizendo que nessa manifestação houve uma ou várias pessoas que foram identificadas pelas forças de segurança e um deles com o argumento de que estará a ser muito visto ou muito observado em manifestações. Penso que isto a ter acontecido é extremamente grave. A liberdade de manifestação é um dos bens que temos e não podemos deixar que seja posta em causa. Foi um excesso e penso que o somatório destes pequenos excessos pode trazer alguma atitude muito complicada, nomeadamente em termos dos direitos constitucionais e da liberdade de manifestação. É evidente que não tenho nada que me diga se foi ou não assim. Mas fiquei admirada por não ver este ponto ser abordado na Assembleia. A ter-se dado esse caso, gostava de manifestar o meu repúdio por essa atitude.----------

-------- O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Todos estamos cientes que o Senhor Presidente da Câmara tem grande preocupação com toda a vida colectiva do concelho. De qualquer maneira, e como já aqui foi dito, todos estamos solidários com as preocupações das populações de Santa Justa e do Couço e acho que não podemos demorar muito, independentemente de se saber qual é a titularidade jurídica da ponte. ----------

-------- Penso que o Presidente da Câmara, juntamente com a Comissão de Utentes, ou mesmo alguém do PCP, poderiam envidar esforços e pedir ao LNEC um estudo prévio sobre a segurança

da estrutura da ponte e, também, pedir à Estradas de Portugal ou ao Instituto da Mobilidade Terrestre ou ainda à Direcção Geral da Agricultura, que nos diga, com brevidade, qual é a tonelagem que aqueles pilares podem suportar.----------

--------É verdade que o Senhor Presidente da Câmara é em última instância, o responsável no concelho ao nível da Protecção Civil, mas também sabemos que o Senhor Presidente da Câmara não enjeita essa responsabilidade. ----------

--------É de lei que sempre que uma casa ponha em causa a segurança pública, a Câmara tem poderes para notificar o proprietário e no caso deste não deitar a casa abaixo pode a Câmara derrubá-la e depois imputar as despesas ao proprietário. Neste caso ainda não é para derrubar a ponte, mas acho que para além do bom senso e da celeridade devem-se conjugar esforços.----------

--------Acho que devemos todos tentar com a maior brevidade uma intervenção e que a Câmara não deixará de apoiar dentro da sua disponibilidade. ----------

--------O Presidente da Câmara afirmou: Já tomámos essa iniciativa, não de solicitar a todas essas entidades, mas à Estradas de Portugal, que já esteve no local e ficou de fazer um relatório técnico sobre o estado da ponte e sobre as intervenções a fazer. Estamos a aguardar o relatório. --

--------O Presidente da Assembleia colocou à apreciação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU. ----------

--------O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Agora que o Governo quer fazer as pessoas trabalharem mais 30 minutos, faz-me recordar a minha adolescência, na chamada Primavera Marcelista, quando foram implementadas as 48 horas de trabalho. Estas já eram norma nos países europeus, à excepção do nosso, e foi uma grande conquista. ----------

--------Acho que há um populismo da parte do actual Governo nesta matéria. ----------

--------O problema não está na meia hora a mais, está na organização do trabalho das empresas para que as pessoas sejam muito mais rentáveis. Tenho uma experiência do estrangeiro, trabalhei lá 25 anos e sei como é que isso se faz. Os portugueses não são mandriões. O problema não é das pessoas que trabalham, é das pessoas que organizam.----------

--------Não tenho nenhuma dificuldade em aprovar a Moção apresentada pela CDU.----------

--------O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Estou solidário com a Moção, mas gostaria de uma explicação. Quando se refere "Movimento Sindical Unitário", penso que deve ser só "Movimento Sindical". Todos os sindicatos estão envolvidos e todos sentem que não tem razão de ser esta lei. Está-se a criar uma divisão entre os próprios sindicatos, o que penso não tem lógica. Aconselhava esta alteração na Moção. ----------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Trata-se de um problema a nível nacional e os partidos que estão representados nesta Assembleia, de forma maioritária, acabam por reconhecer a justiça desta Moção e o retrocesso social que a implementação destas medidas iria

significar.----------

--------O aumento da jornada de trabalho em nada iria contribuir para tirar o país da enorme crise em que está metido, bem pelo contrário, iria criar mais desemprego, iria reduzir os salários e teria consequências muito sérias. Por exemplo, o roubo que já houve este ano no subsídio de Natal. Para o ano os funcionários públicos também vão ter esse roubo nos subsídios de Natal e de férias. Isto vai-se fazer sentir na economia local. Com estas medidas virá muito mais desemprego o que não é bom para o concelho de Coruche.----------

--------Quanto a este preciosismo, não há qualquer problema em retirar a palavra "Unitário". Mas o Movimento Sindical, de um modo geral, é unitário. Não conheço um sindicato (se calhar sou eu que não conheço) que assuma que é conotado com qualquer partido. Não há. É unitário. Os sindicatos são dos trabalhadores e os trabalhadores são do partido político que querem.--------

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU.----------

--------A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor (dezoito do PS e seis da CDU) e dois votos contra do MIC, aprovar a presente Moção. ----------

--------De seguida, o Presidente da Assembleia colocou à discussão a Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS. ----------

--------A Deputada Municipal Liliana Sousa referiu: Concordo com tudo o que está escrito nesta Moção. Com esta deliberação vamos repudiar meramente os cortes nos serviços sociais que vão penalizar sobretudo os jovens que vivem em zonas mais desfavorecidas, como é o caso do nosso concelho.----------

--------Também queria deixar aqui um apontamento pelo facto desta Moção estar ferida de alguma incoerência por parte do Partido Socialista. Na prática, e em termos locais, e é verdade que são elevadíssimos os custos com os transportes escolares assegurados pelo Município às crianças que estão longe da escola, existe uma situação na freguesia do Couço com a qual o Grupo Municipal da CDU não pode concordar. Achamos que vai contra aquilo que está preconizado nesta Moção. Os alunos de Santa Justa, que são cerca de 20, desde o ano lectivo 2002/2003 que foram deslocalizados para a EBI-JI do Couço em virtude do encerramento da sua escola primária. Este é o primeiro ano em que há uma falha da parte do Município, em que há um desinvestimento social nas nossas crianças e no seu direito à educação, retirando-se-lhe o direito ao transporte escolar. Há famílias com dois e três filhos que actualmente pagam uma mensalidade para estes serem transportados. É verdade que a lei diz que a obrigatoriedade de transporte só existe quando se resida a mais de 3 km ou 4 km, conforme os estabelecimentos de ensino tenham ou não refeitório escolar, mas também é verdade que a lei diz, e o próprio Regulamento Municipal dos Transportes Escolares diz que se pode ter em consideração, sempre que se considere oportuno, e passo a

citar: "tendo em conta a natureza e característica do trajecto casa/escola, o transporte poderá ser cedido em deslocação inferior à prevista na distância que a própria lei dita." ----------

--------É também uma proposta da CDU, que a Câmara e a Senhora Vereadora do pelouro tenham isso em consideração. Este percurso é um dos circuitos que não tem transporte público e que tem de ser assegurado efectivamente pela Câmara. Uma criança que se desloca a pé dos Foros de Lagoíços para a escola do Couço, em que a distância é mais ou menos a mesma, não está, obviamente, na mesma situação de uma criança que se desloca a pé de Santa Justa até ao Couço.

--------Era nesse sentido o apelo, concordando, obviamente, com tudo o que está escrito nesta Moção, mas aproveitando a oportunidade para chamar a atenção para este aspecto. Há que ter em conta as características não só do percurso, mas aquilo que esta decisão vem onerar as famílias de Santa Justa, algumas delas com mais 40 € ou 60 € para pagar no final do mês. Diga-se, ainda, que algumas já estão a receber notificações, como esta que tenho aqui, em que os serviços serão suspensos no caso de falta de pagamento no prazo de 10 dias úteis. ----------

--------Obviamente que o Grupo Municipal da CDU irá votar favoravelmente esta Moção. -------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Vou reforçar aqui a posição da minha camarada Liliana em relação a esta matéria. Não queria deixar de salientar que esta Moção até tem algumas considerações justas. No entanto, foram consideradas algumas actividades da autarquia relativamente a transportes escolares que também não são da competência da Câmara, mas que a Câmara tem assegurado. ----------

--------O que a CDU sempre tem colocado nesta Assembleia relativamente aos transportes escolares é o apoio social, que embora em parte não seja da autarquia, mas dada à situação que se vive no país e no concelho, é um apoio que deve ser dado às famílias e às crianças em vez de se gastar dinheiro noutras coisas. A autarquia deverá financiar ou não os transportes escolares? Do ponto de vista da CDU, neste caso dos transportes escolares das crianças de Santa Justa, o percurso até é bastante acidentado pelas razões que já vimos nesta Assembleia. A Câmara durante algum tempo financiou o comboio, cujos custos seriam superiores, e não teve qualquer problema, por isso devia continuar a manter este serviço de transporte das crianças de Santa Justa. ------

--------Parece-me que esta Moção faz algumas valências, alguns atributos da política dos transportes da Câmara, mas depois é incoerente porque deixa outros de fora que seriam importante reforçar. ----------

--------O Deputado Municipal Joaquim Banha referiu: Penso que esta situação começa a ficar pesada no bolso das pessoas, bem como as propinas. Só quem tem dinheiro é que tem os filhos a estudar. É andarmos ao contrário. ----------

--------A Junta de Freguesia de Santana do Mato tem um protocolo com a Câmara e não há nenhum aluno que não tenha sido transportado. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A Deputada Municipal Mara Coelho referiu: É positivo que da parte da CDU a votação seja favorável em relação a esta Moção. Todavia, não posso deixar de fazer alguns reparos quando se fala no apoio aos transportes escolares efectuados pelo Município. A Câmara de Coruche cumpre todas as suas obrigações no que se refere ao transporte escolar. Fá-lo nos casos que são impostos legalmente e através de protocolos com as Juntas de Freguesia. ----------

-------- Durante o ano lectivo anterior, tendo em conta a crise em que vivemos, foi deliberado em reunião de Câmara, em casos de carência económica e social, o pagamento de 50% da mensalidade que caberia aos encarregados de educação, ou seja, a Câmara não só cumpre aquela que é sua obrigação social em matéria de transporte escolar como vai muito além daquilo que é a sua competência. ----------

-------- O que está aqui em causa é esta medida de não comparticipação por parte do Estado destes 50% que vai ser bastante penalizador. Na verdade, se 50% é difícil para algumas famílias com dificuldades, 100% será praticamente impossível de suportar. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação a Moção. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Moção. ----------

-------- O Presidente da Assembleia apresentou, em nome da Mesa, e colocou à discussão o documento que a seguir se transcreve: ----------

-------- **"Reforma da Administração Local"** ----------

-------- O documento que aqui apresentamos pretende ser uma súmula das propostas que gostaríamos de ver consideradas. Para isso, procuramos fundamentar as nossas opiniões de acordo com o levantamento das questões que nos parecem pertinentes. ----------

-------- O princípio orientador das propostas prende-se com o objectivo de modernizar, tornando mais eficiente e transparente todos os envolvidos na gestão autárquica e, por conseguinte, melhorar a prestação dos serviços de proximidade às populações. Este deverá ser sempre o supremo objectivo de qualquer reforma. ----------

-------- Ao analisar o documento verde da reforma da administração local e que nos foi dado a conhecer ainda como proposta, verificamos que não existe informação sobre os projectos das propostas de lei, assim como a definição de competências e financiamentos para cada um dos órgãos envolvidos, que não está disponível. Estes aspectos deveriam ter sido acautelados, dado que a proposta em questão adia mais uma vez a regionalização consagrada na Constituição. ------

-------- O âmbito temporal da aplicação do documento não deixa espaço para discutir e negociar esta reforma com a população. Esta reforma devia ocorrer durante uma legislatura. ----------

-------- Contudo, é nosso entendimento que podemos, dentro daquilo que nos foi solicitado pelo Gabinete do Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, contribuir para uma Reforma da Administração Local mais justa, mais qualitativa e com maior equidade social, reco-

mendando uma descriminação positiva para os Municípios com recursos mais escassos, de forma a tornar o território nacional mais igual e mais equilibrado ao nível de oportunidades e competitividade.----------

-------- Concelho de Coruche (Organização do Território) ----------

-------- Estamos a falar de um Concelho de predominância rural com a maior área do Distrito de Santarém (1.117 km^2) e 10.º a nível nacional, possuí 7 Freguesias (APR) e 1 Freguesia (AMU), com povoado disperso, praticamente sem transportes públicos, com um dos maiores índices de envelhecimento da população no Distrito. ----------

-------- Estamos a 70 km de Lisboa, às portas da AML, mas o crescimento demográfico da grande metrópole não se faz sentir por aqui. ----------

-------- As políticas da PAC que foram negociadas e aplicadas agravaram de uma forma brutal as condições de vida dum Concelho que em termos de médias de produção agrícola competia com o que melhor se fazia na Europa, entre 1991 e 2011 perdemos 3.703 pessoas. Todos os indicadores mostram uma clara redução da classe média. ----------

-------- A não construção das vias rodoviárias A10 e A13, sempre prometidas e sempre adiadas por sucessivos governos, bloqueou o crescimento industrial, forma de substituir a perda de empregos na agricultura e nas industriais que estão inerentes a esta actividade. ----------

-------- Por tudo isto importará clara e distintamente nomear o trabalho empreendido pelas Juntas de Freguesia e que aqui, por ser este um objectivo proposto, traremos a lume: o apoio às colectividades, transportes escolares, solidificação da identidade local, apoio social. Contribuindo para a melhoria das condições de vida das populações e minimizar aquilo que é uma tendência acentuada de desertificação, nomeadamente desde que se destruiu o pequeno e médio tecido empresarial agrícola.----------

-------- Pelo que foi enunciado, acreditamos que com a continuação das competências delegadas pela Câmara, no cumprimento do reforço das competências enunciadas e desde que acompanhadas da respectiva dotação financeira a forma e o método como o Concelho de Coruche está organizado administrativamente é, sem hesitação, aquele que melhor serve as populações e o seu desenvolvimento, o que melhor pode abrandar o abandono da região, fixando as populações ao mesmo tempo que lhes fortalece o sentido de pertença e de vontade de valorização do território que assumirão como seu e que por isto irão unir esforços na sua preservação, incrementando o que de melhor o mesmo terá para oferecer. Acreditamos que poderá ser nesta ideia de solidificação que residirá um factor de desenvolvimento.----------

-------- Lei Eleitoral ----------

-------- Concordamos que é necessário alterar a Lei Eleitoral para os Órgãos das Autarquias Locais, propomos: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Eleição conjunta da Assembleia Municipal e do Presidente de Câmara; ----------

-------- O Presidente de Câmara deve ser o cabeça da lista mais votada para a Assembleia Municipal; ----------

-------- A composição do executivo deve ser por escolha do Presidente de Câmara, de entre os membros eleitos para a Assembleia Municipal; ----------

-------- Diminuição do número de vereadores, mas tendo em conta o número de população (e não o número de eleitores como preconiza o documento), e a extensão territorial do Município deve ser levada em consideração, encontrando uma fórmula para majorar os concelhos com maior área. Damos um exemplo do que não pode acontecer (Coruche com 1.117 km^2 tem exactamente o mesmo número de vereadores que o Entroncamento com 13,7 km^2. ----------

-------- Considerando ainda que o âmbito atribuído no critério número de eleitores de 10.000 a 50.000 é demasiado extenso e incomparável entre si. Nesta matéria entendemos ainda que se deve de atender ao tipo de povoamento existente nesse município. ----------

-------- Por outro lado, ainda no que se refere à composição do executivo da Câmara fica a dúvida: ----------

-------- Terá justificação a existência de dois vereadores sem pelouro se o executivo for para além de homogéneo, monocolor? ----------

-------- O documento não responde. ----------

Com a introdução dos executivos homogéneos, impõe-se um reforço significativo dos poderes da Assembleia Municipal, que garanta os direitos da oposição e que seja, de facto, o órgão fiscalizador do executivo; ----------

-------- Para dar respostas concretas e sugestões objectivas era necessário conhecer o projecto Lei que definisse: ----------

-------- Que competências passará a ter a AM? ----------

-------- Que competências passará a ter a CM? ----------

-------- O documento é demasiado vago e não dá resposta a questões que se prendem com a efectiva autonomia e democraticidade do poder local. ----------

-------- Nessa medida defendemos que tais propostas deveriam constar em anexo, de modo a que a discussão se tornasse verdadeiramente contributiva e valorativa para alcançar o verdadeiro objectivo que se pretende. ----------

-------- Dirigentes Municipais ----------

-------- Ainda na matéria da gestão autárquica, consideramos que também no número de chefias a existir por município não se deve ter apenas em conta o critério quantitativo "número de população". ----------

-------- Nesta matéria para além do número de habitantes deve de atender-se: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Extensão do território; ----------
-------- Número de trabalhadores municipais;----------
-------- Tipo de povoamento; ----------
-------- Participação nos fundos comunitários;----------
-------- Entendemos que também aqui deve ser criada uma fórmula de majorar o número de chefias tendo por base os pressupostos elencados. ----------
-------- Gestão Municipal e Intermunicipal----------
-------- Concordamos com o reforço das atribuições e competências das CIM (Comunidades Intermunicipais e AM (Áreas Metropolitanas), as quais devem provir do Estado Central, nomeadamente: ----------
-------- Ordenamento do território; ----------
-------- Mobilidade e transportes; ----------
-------- Protecção Civil; ----------
-------- Contratualização da gestão do QREN;----------
-------- Participação. ----------
-------- Os Municípios podem e devem delegar competências para as CIM e AM, com o objectivo de ganhar escala, reduzindo encargos e prestando melhores serviços aos munícipes (o que já ocorre).----------
-------- Contudo, não é claro através da leitura que se faz deste documento que não se promova o esvaziamento progressivo do Poder das Câmaras Municipais atribuindo às CIM e às AM competências que agora são próprias das autarquias.----------
-------- Temos aqui muitas dúvidas que só o Projecto-Lei pode esclarecer.----------
-------- Organização Território. ----------
-------- Não concordamos com a extinção de municípios, excepto se decorrer da vontade própria das suas populações.----------
-------- No que respeita às freguesias, não podemos concordar com a aplicação dos critérios de organização territorial proposta no "Livro Verde", se em conta não se levarem as especificidades de cada uma das freguesias. ----------
-------- Por se tratar de realidades distintas, deve haver um tratamento diferenciado para as freguesias das zonas urbanas e das zonas rurais. ----------
-------- Nas áreas urbanas, é possível e desejável encontrar soluções de racionalidade eliminando a duplicação de estruturas administrativas.----------
-------- Nas zonas rurais, outros cuidados e outras análises são necessárias. O método proposto vai criar ainda maior e mais desertificação, as Juntas de Freguesia ainda são, em muitas localidades, o garante da presença do poder democrático e a entidade que representa a proximidade entre

eleitos e eleitores. São mesmo, em muitos casos, a única ligação das populações ao Estado.-------
--------Nessa medida, consideramos um erro colossal a forma como este governo pretende levar a cabo a aniquilação de freguesias rurais, tendo por base apenas o critério quantitativo, aliás é de bom princípio que o Estado Central assuma que o nível de desertificação a que Portugal chegou nada tem a ver com as freguesias ou com a municipalidade, mas se deve sim, à pouca aposta e investimento que o mesmo poder tem feito nas zonas do Portugal Rural ao longo de décadas, em benefício do Portugal Litoral, concentrando equipamentos e simultaneamente população. ---------
--------Recomendamos sim e incentivamos o associativismo inter-freguesias com o objectivo de ganhar dimensão para intervir em áreas que o justifiquem. Esta poderá ser uma escolha diferente e uma solução ao desaparecimento das mesmas. ----------
--------Toda e qualquer reforma desta natureza deve ter presente que: ----------
--------1 - Só se faz com a população; ----------
--------2 - Tipologia do Município/Freguesia;----------
--------3 - Densidade populacional; ----------
--------4 - Extensão Territorial; ----------
--------5 - Tipo de Povoamento; ----------
--------6 - Serviços que a Freguesia dispõe; ----------
--------7 - Acessibilidade à sede de Concelho (para além da distância). ----------
--------São as Juntas de Freguesia que ao longo dos anos se assumiram como pólos dinamizadores das entidades locais, principalmente no Mundo Rural, criando estruturas de múltiplas ordens e onde essas populações confiaram os seus patrimónios (material e imaterial); mais uma vez a memória viva de um povo que uma reforma da Administração Local mal desenhada e mal negociada a venha a destruir." ----------
--------O Presidente da Assembleia referiu: Este ponto tem a ver com um documento que a Mesa traz a esta Assembleia para ser aprovado e que vem no seguimento de uma reunião que foi efectuada no dia 25 de Novembro. Nessa reunião estiveram presentes os líderes das bancadas, com excepção da CDU, e ainda o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e alguns Presidente de Junta. Foram levantadas algumas questões sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local. ----------
--------Como nós sabemos, já veio nos jornais na passada semana, o documento já está fechado, ou seja, o diploma já está feito. ----------
--------Na Assembleia de 30 de Setembro, se calhar até um pouco surpreendente para alguns Senhores Deputados, abordei essa situação. Parecia-me que esse documento tinha muitas situações camufladas e se fosse aplicado iria criar muitas injustiças e muitas situações complicadas. Não em relação ao concelho de Coruche, como tivemos oportunidade de ver na reunião, mas há ou-

tros concelhos que vão ficar prejudicados em termos de freguesias. ----------

-------- Este documento vai ser posto à aprovação para depois ser enviado ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. ----------

-------- Relativamente ao concelho de Coruche, que é aquele em que vivemos, aplicando o documento não vamos ter perda de freguesias. Irão manter-se como estão. Não sabemos é se o método de eleição vai se ou não igual, já poderá estar no projecto de lei, mas nós ainda o desconhecemos. ----------

-------- Fundamentalmente, há aqui alguns aspectos que a Mesa achou por bem frisar e anotar. --

-------- Ao longo destes anos, nunca tivemos uma política virada para o país real, virada para o país agrícola. Com a aplicação da Política Agrícola Comum (PAC) permitiu-se que se abandonasse os campos, permitiu-se que o pequeno seareiro não tivesse possibilidade de fazer as suas culturas e colocá-las no mercado. Destruíram-se os organismos que podiam receber esses produtos e que podiam apoiar esses pequenos empresários agrícolas. ----------

-------- Outra das situações de enorme gravidade foi financiar para não se produzir. Fomos sempre críticos em relação a isso. Achávamos que era uma loucura e veio a provar-se que contribuiu fortemente para a desertificação do país. As pessoas não se fixaram e houve o abandono dos campos, é isso que vimos hoje no dia a dia.----------

-------- Não sei se já leram o documento. Há quem o já tenha lido, pois enviei-o para os líderes dos Grupos Municipais que estiveram na reunião. ----------

-------- Não procurámos elaborar um documento de cariz político-partidário, mas um documento que olhasse para o que é a realidade do concelho. Perdemos 3703 pessoas entre 1991 e 2011. Isto está ligado, certamente, àqueles assuntos que agora aqui elenquei. As pessoas perderam trabalho, não se estruturou o tecido agrícola. Os próprios empresários deviam ter caminhado para aí, devia-se ter criado associações de produtores - o Governo tinha obrigação de as criar. ----------

-------- Há dois anos fiz uma viagem que já não fazia há muito tempo. Fui a Vila Viçosa, Estremoz, Sousel e Avis e verifiquei que esta zona está desertificada. Perguntar-me-ão então o que é que isso tem a ver com a Reforma da Administração Local. Tem tudo a ver. Se vamos acabar com mais freguesias rurais, se vamos tirar o apoio que as pessoas precisam, a situação irá piorar. Nós estamos a 80 km de Lisboa e estamos a sentir a desertificação, as pessoas quando saem daqui vão todas para a zona de Lisboa. Não tenham ilusões, é a metrópole, vão à procura de emprego e de outras condições de vida. ----------

-------- Outra coisa é a situação da lei eleitoral. Entendemos que a lei eleitoral deve ser alterada. O cabeça de lista à Assembleia Municipal deverá ser o Presidente da Câmara, que depois irá escolher entre os eleitos na Assembleia Municipal os elementos que irão formar o executivo. Nós não sabemos o que está no Projecto-Lei, ainda não o conhecemos. No entanto, há outra corrente

que defende que os vereadores deverão ser escolhidos pelo Presidente da Câmara tal qual se escolhem os ministros. Há uma corrente no PSD que defende isso. ----------

-------- Há também outra questão que se prende com a transferência das competências da Assembleia, da Câmara e da Comunidade Intermunicipal. Vem tudo muito baralhado no Documento Verde. No fundo, é um documento que levanta um conjunto de preocupações.----------

-------- Na reunião que tivemos disse que isto tinha duas funções para quem nos mandou o documento. O cronograma prevê discussões nas Assembleias de Freguesia e nas Assembleias Municipais até ao final de Janeiro. Estamos em meados de Dezembro e já está feito o projecto-lei. Isto só pode querer dizer que esta consulta que nos é feita e só para fazer de conta. Se não respondermos, estamos de acordo. Se respondermos, até atenderam às respostas que enviámos. É sempre um pau de dois bicos. Somos presos por ter cão e também podemos ser presos por não ter. Queremos, de facto, enviar um documento para o Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares. Achamos que devemos ter uma palavra sobre esta matéria. ----------

-------- De seguida, colocou à discussão o documento.----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Penso que este documento é uma posição pessoal da Mesa da Assembleia e, como tal, se quer tomar esta posição que a tome, mas não tem que ser colocada à discussão.----------

-------- Na última sessão, o Grupo Municipal da CDU apresentou uma Moção sobre a extinção de freguesias e, ao contrário da posição que agora está a ser tomada pela Mesa, o Partido Socialista preferiu votar contra aquela Moção. Talvez por ser uma Moção apresentada pela CDU, que referia a imposição da Troika. O Partido Socialista sabe que assinou o memorando da Troika e sabe que estava lá essa imposição e uma possível redução de freguesias no concelho de Coruche. Felizmente que não vai acontecer (por enquanto, ainda não se sabe). Não sei se na altura o Partido Socialista não estava organizado, se ainda não tinha discutido o assunto internamente. Agora vem com este documento. ----------

-------- Acho que não deve ser colocado à votação porque é uma posição da Mesa e o Senhor Presidente da Assembleia pode enviá-la para quem quiser. ----------

-------- Eu não recebi antecipadamente o documento, é o primeiro contacto que estou a ter com o mesmo.----------

-------- O Presidente da Assembleia sublinhou: Vai-me desculpar, foram convocados para uma reunião exactamente como todas as outras bancadas. ----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: A posição da CDU ao longo dos anos sempre foi uma. Entendemos que o que é preciso para o país é a verdadeira regionalização. Neste documento são aqui apontados alguns caminhos sobre os quais ainda não me debrucei muito. ----

-------- Em relação a esta alteração da lei eleitoral, pessoalmente, e penso que o Grupo Municipal

da CDU me acompanha nesta posição, não concordamos com a mesma. Entendemos que o mais democrático no nosso Portugal é a eleição que actualmente existe para a Assembleia Municipal e para a Câmara Municipal.----------

--------Volto a reafirmar que é uma posição que o Senhor Presidente envia para onde quiser e que não deve ser votada, mas, caso seja colocada à votação votarei contra, até porque não compreendo que na última sessão tivessem votado contra a Moção e agora venham com este documento.----------

--------O Deputado Municipal Luís Alberto referiu: Este documento nasce de uma discussão em que a CDU não esteve presente e eu também não estive presente. Não concordo minimamente com a maior parte das considerações que estão aqui escritas.----------

--------Pedi a palavra mais para me referir ao que aconteceu no congresso da ANAFRE, nos dias 2 e 3 de Dezembro, no qual este assunto da Reforma da Administração Local foi amplamente debatido. Foi um congresso muito participado, houve mais de 100 intervenções por parte dos congressistas. A tónica global foi de que não havia sequer espaço para a discussão do Documento Verde, porque o mesmo é uma afronta ao poder local e é uma afronta à democracia do nosso país. Daí a nossa opinião de que também não deveríamos dar resposta a uma situação destas.-----

--------Repito que no congresso foi considerado uma afronta às freguesias e ao poder local democrático. A resolução final é precisamente de repúdio para com esta situação, a qual foi aprovada por unanimidade. Unanimidade entre aspas, porque houve dois deputados do PSD, que também são eleitos nas freguesias, que se abstiveram. Ao ser repudiada dessa forma, julgo que não há qualquer vantagem desta Assembleia Municipal se estar a pronunciar. Eu não quero ser malcriado, sobre a "porcaria" que é o Documento Verde. É destruir freguesias com uma tesoura, uma régua e um esquadro. Não tem lógica nenhuma. ----------

--------O Deputado Municipal Artur Salgado referiu: Temos de acompanhar as reformas. O documento, no geral, é uma boa recomendação e deve ser remetido ao Senhor Ministro.----------

--------No Partido Socialista, por princípio, não somos contra a reforma do poder local. Agora temos é de ser contra a extinção de freguesias rurais que, de facto, fazem muita falta às populações. Porventura nos grandes centros urbanos, se for esse o entendimento das populações e dos respectivos representantes autárquicos, poderá haver extinção de freguesias. É o caso de Lisboa, em que houve uma decisão conjunta para uma redução substancial de freguesias. ----------

--------Já aqui foi dito que o nosso concelho, numa pequena abordagem, não será afectado ao nível da extinção das freguesias. Eventualmente, poderá vir a ser, em função do que é a previsão do que está em discussão pública, relativamente ao número de Vereadores. ----------

--------O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Relativamente ao congresso da ANAFRE, a verdade é que no momento da votação só houve duas abstenções a não contrariar o cha-

mado Documento Verde porque dois Presidentes de Junta de Freguesia também são deputados pelo PSD.----------

--------Quando alguém na área do PSD diz que é só determinadas linhas políticas, não é verdade. A maioria dos Presidentes de Junta são do PSD e no congresso demonstraram que estão contra a extinção de freguesias. ----------

--------Julgo que é preferível mandarmos esta posição para o Senhor Relvas e mostrarmos que estamos em desacordo, do que deixar passar e depois o Governo vir dizer que o concelho de Coruche nem respondeu e que até está de acordo. Penso que era muito importante ter aqui uma aprovação maciça do documento. ----------

--------Em termos da Moção da CDU, não é verdade que diga no memorando da Troika que é para eliminar freguesias. Essa foi a razão pela qual não estive de acordo. De facto, foi tudo deturpado. O documento não diz nada disso, como também não diz acabar com os Municípios. Penso que são coisas diferentes. ----------

--------Penso que o documento apresentado pela Mesa tinha mais peso se fosse aprovado por unanimidade.----------

--------O Deputado Municipal Fernando Serafim referiu: Em parte, já foi abordado pelos Deputados Rui Aldeano e Luís Alberto, mas também fiquei surpreendido com este documento que nos chegou.----------

--------O Senhor Presidente da Assembleia sublinhou: A CDU foi convocada para a reunião. Quem apareceu recebeu uma cópia do documento. Não iria mandar o documento para quem não esteve presente.----------

--------O Deputado Municipal Fernando Serafim afirmou: Quando apresentámos a Moção estava tudo bem e foi votada desfavoravelmente. ----------

--------Este documento traz certas preocupações. Por outro lado, não há nenhum repúdio em relação à própria legislação. O que está mal é o acordo de princípio que tem em conta a extinção de freguesias e a própria forma de eleição para o Município. ----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: Este documento é mesmo para ser colocado à votação. --- ----------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: Este tipo de documento devia constar como ponto da Ordem do Dia.----------

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação a tomada de posição. ----------

--------A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, seis votos contra (quatro da CDU e dois do MIC) e uma abstenção da CDU (Deputada Municipal Edite Formigo), aprovar a presente tomada de posição.----------

--------Aquando da votação não se encontrava presente na sala o Deputado Municipal Luís Al-

berto. - ----------

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano apresentou a seguinte declaração de voto: ----------

-------- "O meu voto é contra, nem podia ser de outra maneira, porque considero que foi violado pelo Senhor Presidente da Assembleia o Artigo 17.º do Regimento da Assembleia Municipal. Considero, ainda, que uma questão séria como esta para o regime democrático português não deve ser encarada entre o mau e o menos mau.----------

-------- É uma posição cobarde do PS, que inclusive dá sugestões para alterar a lei eleitoral." -----

-------- O Presidente da Assembleia referiu: Cobardia é não estar na reunião que o Presidente da Assembleia convocou, isso é que foi cobardia. Eu não sou cobarde nem admito ataques pessoais. Temos de ter tacto na língua e o Presidente da Assembleia não costuma agredir ninguém. Peço respeito também desse lado. Podemos discutir tudo, mas com respeito. ----------

-------- O Deputado Municipal Jacinto Barbosa apresentou a seguinte declaração de voto: ---------

-------- "Eu estive na reunião e votei favoravelmente. ----------

-------- Tenho sido crítico em relação ao Documento Verde. Mas isso não invalida que vote este documento. Tudo aquilo está feito. É uma imposição. É um decreto. O Governo decretou, fez e acabou. Quer vocês digam que sim ou que não. É aquilo. Eles têm a maioria. ----------

-------- Poderá haver outras formas de luta por que podemos enveredar." ----------

-------- O Deputado Municipal Filipe Justino apresentou a seguinte declaração de voto: ----------

-------- "Votei favoravelmente pelo facto de concordar com o documento. Temos de enviar o documento ao Ministro. ----------

-------- Ou calávamos e éramos acusados de não estar interessados ou de não ter capacidade de ter opinião. Neste caso, vamos transmitir a nossa posição. ----------

-------- Estamos a ser criticados por um outro Vogal pelo facto de responder a uma questão que nos é posta. Quando nos propõem qualquer coisa, é boa educação respondermos às propostas e aos desafios lançados. Quando não estamos presentes não temos a mínima moral para dizer o que se deve fazer." ----------

---------- PERÍODO DA ORDEM DO DIA ----------

-------- **PONTO UM - REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA:-** Foi presente o ofício n.º 9034, de 11 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a Revisão da Carta Educativa, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 26 de Outubro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Um por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: A Carta Educativa está feita há 5 anos e a legislação prevê a sua revisão ao fim desse tempo. No caso concreto de Coruche, justifica-se essa revisão.

Há uma pequena alteração que tem a ver com a adaptação do texto àquilo que é a realidade do novo Centro Escolar de Coruche, ou seja, estava prevista a sua construção, mas não dizia explicitamente o número de salas que estão em funcionamento, assim como foi preciso também criar a possibilidade de um outro Centro Escolar na Branca. ----------

--------A Assembleia Municipal, na sequência da deliberação de Câmara, tem poderes para aprovar a Revisão da Carta Educativa para depois ser enviada às entidades competentes. ----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Um. ----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Revisão da Carta Educativa. ---------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

--------Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto. ----------

--------**PONTO DOIS - MERCADO MUNICIPAL - ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS:-** Foi presente o ofício n.º 9033, de 11 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando propostas sobre o assunto em epígrafe, que foram aprovadas por unanimidade em suas Reuniões Ordinárias de 26 de Outubro de 2011 e 9 de Novembro de 2011. ----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dois por parte do Presidente da Câmara. ----------

--------O Presidente da Câmara referiu: Esta proposta tem a ver com uma deliberação de Câmara, na qual se considerou justo que um conjunto de comerciantes que trabalham no Mercado Municipal deixassem de pagar a respectiva taxa, uma vez que ficaram privados da utilização das suas lojas na consequência das obras. ----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dois. ----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento de taxas do Mercado Municipal de Coruche os concessionários Senhora Isabel Pontes, Senhor Vítor Manuel Correia Lopes, Senhora Zélia Maria Rosário Soares Oliveira Tomás e Senhora Dulce Isaura Marques de Almeida, conforme proposta que fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

--------Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto. ----------

--------**PONTO TRÊS - MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS:-** Foi presente o ofício n.º 9054, de 14 de Novembro de

2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 9 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Três por parte do Presidente da Câmara.----------

--------O Presidente da Câmara referiu: Tem a ver com a contratação do Revisor Oficial de Contas que terminou contrato, o qual era por um período de 3 anos. Abrimos novo procedimento e a melhor proposta veio da empresa "Caiano Pereira, António e José Reimão", a qual se compromete executar as tarefas que competem ao ROC. ----------

--------Propõe-se à Assembleia que aprove este contrato para que seja possível que o novo ROC esteja presente na sessão da Assembleia onde se vai aprovar a incorporação do saldo da gerência e o relatório relativo ao exercício de 2011.----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Três. ----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Contrato de Aquisição de Serviços de Revisor Oficial de Contas. ----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

--------Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto.----------

--------**PONTO QUATRO - FIXAÇÃO DO VALOR DAS INFRA-ESTRUTURAS URBANÍSTICAS PARA O ANO DE 2012:-** Foi presente o ofício n.º 9665, de 30 de Novembro de 2010, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011.----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quatro por parte do Presidente da Câmara.----------

--------O Presidente da Câmara referiu: Trata-se de uma actualização que acontece todos os anos a respeito das infra-estruturas urbanísticas. No caso de ser a Câmara a executá-las serão cobrados valores aos privados. Há uma actualização de acordo com aquilo que se entende que seja a taxa de variação homologa do último mês do consumidor, publicado pelo INE, que será de 3.56%.----

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quatro. ----------

--------A Assembleia deliberou, por unanimidade, fixar o valor das infra-estruturas urbanísticas, para o ano de 2012, conforme proposta que fica como anexo, fazendo parte integrante da presen-

te acta. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto.----------

-------- **PONTO CINCO - FIXAÇÃO DE TAXA DE PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS:-** Foi presente o ofício n.º 9767, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Cinco por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Propomos o valor habitual que tem a ver com a cobrança de 5% do IRS arrecadado na área do Município.----------

-------- Segundo dados oficiais, irá representar uma receita para a Câmara ligeiramente superior à do ano de 2011.----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Cinco. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, fixar a Taxa de Participação Variável no IRS em 5%.----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto.----------

-------- **PONTO SEIS - FIXAÇÃO DE TAXA DE DERRAMA:-** Foi presente o ofício n.º 9766, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Seis por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: O critério é de fixar em 1,5% a taxa de derrama sobre o lucro tributável tal como temos feito em situações anteriores, sendo essa a proposta que aqui deixamos. ----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Seis.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, fixar a Taxa de Derrama em 1,5%. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto.----------

-------- **PONTO SETE - PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL - REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR ANOS ECONÓMICOS:-** Foi presente o ofício n.º 9768, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.---

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Sete por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Em relação ao procedimento para aquisição de gasóleo, o que se propõe é uma repartição dos encargos por três anos económicos, em 2011, 2012 e 2013.

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Não havendo da parte dos Deputados Municipais qualquer pedido de esclarecimento, o Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Sete. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a repartição de encargos da seguinte forma:----------

-------- Ano 2011 - 32.824,86 € ----------

-------- Ano 2012 - 393.898,28 €----------

-------- Ano 2013 - 361.073,46 € ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Patrícia Tadeia, Fernando Serafim, Jacinto Barbosa e Luís Alberto.----------

-------- **PONTO OITO - II ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2011:-** Foi presente o ofício n.º 9053, de 14 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando a II Alteração ao Mapa de Pessoal de 2011, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 9 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Oito por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: A II Alteração ao Mapa de Pessoal de 2011 tem a ver com a necessidade de se contribuir para uma maior eficácia dos serviços. É do conhecimento público que este ano houve 15 trabalhadores que se aposentaram. Se continuarmos a esse ritmo no próximo ano, entendemos que é necessário contratar mais trabalhadores ou fazer novos contratos com alguns trabalhadores que já estão no Município e cuja actividade é imprescindível ao seu

funcionamento. ----------

-------- Falava-se que o Governo não permitiria em 2012 novas contratações, senão com autorização do Ministério da tutela. Nesse sentido, pretendia-mos com esta alteração antecipar a decisão, já que em 2011 é possível fazer alterações ao Mapa de Pessoal e novas contratações com deliberação de Câmara e da Assembleia e depois com comunicação à tutela. Nesse sentido decidimos preparar este documento para ser aprovado nesta Assembleia. ----------

-------- Parece que o Governo recuou e vai manter em 2012 a mesma situação que se verificava em 2011.----------

-------- De qualquer maneira, não perdemos nada em fazer já esta alteração antecipada em 2011 para concretizar em 2012.----------

-------- Estamos a falar de sete contratos a tempo indeterminado para a Divisão de Administração Urbanística, para os Serviços Urbanos, para a Divisão de Obras, para o Serviço de Educação, para a Ludoteca e para o Gabinete de Imprensa, Relações Públicas e Imagem. Na maioria dos casos, trata-se de lugares que estão hoje ocupados, ou seja, é uma remodelação para esses mesmos lugares, não se trata efectivamente de um crescimento de pessoal.----------

-------- É esta proposta que se sugere que a Assembleia Municipal venha a aprovar. ----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- Seguidamente passou a palavra aos Deputados Municipais. ----------

-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Vou votar contra esta proposta de Alteração ao Mapa de Pessoal porque não estou a ver que haja necessidade de aumentar a eficácia com a criação de mais um lugar de técnico superior para o Gabinete de Imprensa. Se há áreas em que esta Câmara tem necessidade de aumentar a eficácia e tem necessidade de se reforçar com pessoal, não é seguramente nesta área da informação e propaganda. Como esta área vem aqui neste bolo eu vou votar contra. Não é um problema meramente simbólico, corresponde a um tipo de filosofia, um estilo, uma forma de considerar aquilo que são os objectivos em termos de trabalho do Município e com o qual discordo.----------

-------- O Presidente da Câmara afirmou: Gostava de dar uma explicação para dizer que também não me parece que o Município precise de contratar mais pessoas para a área de informação. O Senhor Deputado chamou-lhe “informação e propaganda”, talvez por uma questão de descuido de linguagem. De facto, na área da informação as pessoas que temos são suficientes, mas o que se trata é de extinguir uma avença que existe e contratarmos alguém que desempenhe essa função, mas não por avença.----------

-------- Como sabemos, as avenças são por imposição temporárias e não se devem perpetuar no tempo. Neste momento, a pessoa que desempenha essa função está em regime de avença e quando terminar não será renovada.----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A intenção não é acrescentar mais pessoas ao Gabinete de Imprensa, a intenção é substituir uma avença por um contrato. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Oito. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte votos a favor (dezoito dos Deputados Municipais do PS e dois dos Deputados Municipais do MIC) e seis votos contra dos Deputados Municipais da CDU, aprovar a II Alteração ao Mapa de Pessoal de 2011. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Seguidamente procedeu-se a um intervalo pelas vinte e três horas e vinte e oito minutos. -

-------- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e três horas e cinquenta minutos. ----------

-------- A partir deste momento o Vereador Tiago Capaz ausentou-se da sessão. ----------

-------- O Presidente da Assembleia referiu: Antes de entrarmos na discussão dos Pontos Nove e Dez, tenho presente o ofício n.º 10060, de 16 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando uma alteração às Grandes Opções do Plano para 2012, a qual irá ser posta também à apreciação e aprovação da Assembleia. ----------

-------- **PONTO NOVE - GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ACTIVIDADES MAIS RELEVANTES) DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012:-** Foi presente o ofício n.º 9770, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município para o ano de 2012, que foram aprovadas por maioria, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, as quais ficam a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- **PONTO DEZ - ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2012:-** Foi presente o ofício n.º 9771, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Orçamento do Município para o ano de 2012, que foi aprovado por maioria, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta. --------

-------- O Presidente da Assembleia afirmou: Uma vez que estes dois Pontos estão directamente relacionados, sugeria que os mesmos fossem discutidos em conjunto e depois votados individualmente. ----------

-------- Solicito uma introdução aos Pontos Nove e Dez e à alteração aos Grandes Opções do Plano para 2012 por parte do Senhor Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: A alteração às Grandes Opções do Plano para 2012 tem a ver com o facto de termos incluído o projecto de uma empreitada que vamos fazer em 2012 e 2013 - o troço da E.M.580 entre o Valverde e Santo Antonino. ----------

-------- Devem estar lembrados que fizemos a reparação da E.M. 580 - troço Lamarosa até à Várzea D'Água e, mais recentemente, o troço da Várzea D'Água até ao Valverde. Agora a intenção é fazer a ligação do Valverde até Santo Antonino, intervindo também naquele troço da estrada

velha da Lamarosa, entre o depósito de água de Valverde e a parte mais alta de Valverde. Estávamos a trabalhar nesse projecto, mas não tínhamos uma noção exacta do seu orçamento. Quando aprovámos as Grandes Opções do Plano tínhamos previsto uma despesa total de 600 mil euros, distribuídos por dois anos económicos (300 mil euros para 2012 e 300 mil euros para 2013). Terminado o projecto, com um orçamento mais rigoroso, percebemos que ele vai custar cerca de 1.110 mil euros, daí que se proponha que a Assembleia aceite esta rectificação ao documento na rubrica que tem a ver com a E.M.580, mantendo para 2012 o valor de 300 mil euros e modificando a previsão de 2013, que deixa de ser 300 mil euros e passa a 810 mil euros, o que perfaz 1.110 mil euros. ----------

--------Como Presidente da Câmara despachei o assunto à Assembleia Municipal, mas terei de ratificar esta minha proposta em próxima reunião de Câmara para a rubrica ficar correcta numa altura que estamos a aprovar o Orçamento para 2012. Assim, não temos de fazer uma alteração ao Orçamento, uma vez que ele pode ser aprovado já com a orçamentação correcta. ----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou autorização para a continuação dos trabalhos pelas zero horas.----------

--------A Assembleia autorizou a continuação dos trabalhos.----------

--------O Presidente da Câmara continuou a apresentação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para o ano de 2012: Vou falar dos condicionantes e daquilo que são as dificuldades para a elaboração dos documentos em apreciação.----------

--------Com todos sabemos, há uma redução das transferências por parte do Orçamento de Estado para as Autarquias, a qual se situa em cerca de 5% e que, obviamente, está reflectido nos valores do Orçamento para o ano de 2012.----------

--------Para além disso, sabemos que do ponto de vista da economia local, os impostos que a Câmara arrecada sofrerão, provavelmente, uma quebra no ano de 2012, daí que este Orçamento seja necessariamente um Orçamento de contenção, sobretudo no que respeita àquilo que são as despesas correntes e àquilo que são as obrigações da Câmara relativamente a um conjunto de serviços, ou um conjunto de despesas, que, sendo inevitáveis, podem, de alguma forma, ser controladas.----------

--------A partir de Julho de 2010, instituímos a nível do Município um conjunto de princípios, a que lhe chamámos PEC local. O objectivo foi reduzir despesa, nomeadamente na área das despesas correntes. Conseguimos no ano de 2010 reduzir a despesa em cerca de 750 mil euros. Em 2011 pretendemos cumprir uma meta idêntica. Para 2012 temos de continuar a insistir nesta tecla de redução de despesas correntes, nomeadamente nos chamados consumíveis e noutros bens que precisamos de adquirir. Devemos fazê-lo com contenção e sem pôr em causa a eficácia e eficiência da Câmara, sem por em causa a prestação de serviços à população. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Não podemos exigir um esforço muito maior em relação a algumas rubricas porque já estão no limite. ----------

-------- Por outro lado, há despesas que não controlamos, como é o caso da EDP. Só com a alteração do IVA, se consumirmos em 2012 o mesmo que consumimos em 2011, no valor da factura vamos pagar cerca de 97 mil euros a mais. A nossa intenção é diminuir os consumos, daí que tenhamos um plano de redução energética a implementar no próximo ano e que vai reduzir os consumos em cerca de 30%. É efectivamente uma despesa brutal que a Câmara tem no que respeita ao pagamento de energia e é preciso alguma contenção e redução de consumos.----------

-------- Também em relação ao gás, aos combustíveis, aos consumíveis na área da informática, no papel e noutras despesas que têm a ver com aquilo que são as despesas correntes do Município é necessário contenção.----------

-------- Por outro lado, mantemos a mesma filosofia que impusemos em 2010 - uma redução em cerca de 20% nas contribuições e apoios às colectividades e associações. Na altura, levantou-se a questão de que íamos matar as colectividades e que elas deixariam de poder funcionar. Felizmente isso não aconteceu e as colectividades mantêm-se em actividade. É evidente que também tiveram de apertar o cinto, de fazer alguma contenção nas suas despesas.----------

-------- Mantém-se também o princípio que aplicámos o ano passado - reflectir nas transferências para as Juntas de Freguesia menos 5%, que nós também sofremos do Orçamento de Estado. Faz todo o sentido reflectir esse valor nas transferências para as Juntas de Freguesia.----------

-------- Noutras áreas do Município, é princípio básico fazer contenção e não perder operacionalidade. ----------

-------- Temos de ter em conta essas dificuldades - menos receita nas transferências do Orçamento de Estado e redução na arrecadação de impostos.----------

-------- A taxa de inflação prevista é de 3,1%. ----------

-------- O aumento do preço da electricidade estima-se em cerca de 22%. ----------

-------- Aumento zero na tabela salarial da função pública e a redução dos subsídios de férias e de Natal para salários acima dos 600 € (com perda integral a partir dos 1.100 €). ----------

-------- Na receita para 2012, face a 2011, prevemos um valor um pouco inferior. Estamos a falar de uma variação de 3,24% na receita corrente, o que significa menos 435.000 €. ----------

-------- Em termos de receita de capital, a redução é maior, mas não tem a ver só com os cortes do Orçamento de Estado, tem a ver com o facto de ao nível do quadro comunitário prevermos um investimento inferior àquele que previmos para 2011. É normal que assim seja. O volume de obras previstas para 2011 subentendia uma entrada de dinheiros do QREN superior àquela que nós prevemos para 2012, daí que a receita de capital seja inferior em cerca de 1.600.000 €. Juntando estas duas diminuições, estamos a falar de uma redução de cerca de 2.056.000 €. Estamos

a falar de um Orçamento que em 2011 previa 27.316.000 € e em 2012 prevê 25.260.000 €. -------

-------- Em relação à despesa, estamos a falar de um ajuste idêntico por parte da despesa relativamente àquilo que referi por parte da receita, para que haja efectivamente um equilíbrio.---------

-------- Quero chamar a atenção em relação ao IMI e ao IMT. Prevemos um aumento da receita face ao Orçamento de 2011. Não significa que vamos receber mais em 2012 do que recebemos em 2011. O orçamento da receita de IMT e IMI é que estava subavaliado para 2011, em consequência daquilo que tinha sido o ano de 2010 e o ano de 2009. O que foi transferido do orçamento para 2011, em termos percentuais, era inferior em cerca de 43% de IMT e de IMI em relação àquilo que estamos a prever para 2012. Não vamos, efectivamente, receber em 2012 mais 257.000 € de IMT, nem mais 404.000 € de IMI do que aquilo que recebemos em 2011. Isto tem a ver com a orçamentação que é feita com base nos anos anteriores. O ano de 2010 foi um ano bastante penalizador tendo em conta situações anormais que aconteceram, nomeadamente a devolução de IMI e IMT às Finanças face à contestação de algumas entidades e empresas. Isso levou a uma receita bastante diminuta nesse ano. Era previsível que a receita de IMT e de IMI para 2011 fossem escassas. No entanto, não vai acontecer uma diferença tão grande entre os orçamentos de 2011 e de 2012 no que respeita a estas receitas. Em 2012 acabaremos por receber sensivelmente a mesma coisa que recebemos em 2011. ----------

-------- Quanto à derrama, prevemos um decréscimo de cerca de 20%. ----------

-------- Em relação às taxas, multas e outras penalidades, prevê-se também uma quebra de 7,7% para o ano de 2012. ----------

-------- Relativamente às transferências do Orçamento de Estado, os tais menos 5% a transferir. Se compararmos o acumulado em 2010, 2011 e 2012, estamos a falar de três anos em que perdemos cerca de 1.500.000 €. ----------

-------- A receita de capital tem uma quebra face a 2011 de 1.600.000 €. ----------

-------- Na venda de bens de investimento temos um decréscimo face ao orçamento de 2011. -----

-------- Há uma redução do FEF de capital em 5,26%. ----------

-------- Em relação aos fundos comunitários, há uma arrecadação inferior em cerca de 6%. É uma previsão, mas se se confirmarem alguns rumores pode ser que a redução não se verifique. Fala-se que a comparticipação pode subir até 95%. Se isso vier a acontecer, tem a ver com o facto de Portugal ter sido intervencionado na sequência da avaliação da Troika. Podemos vir a beneficiar de comparticipações durante algum tempo e teremos um acréscimo significativo de fundos comunitários e já não teremos esse diferencial negativo relativamente ao ano de 2011.----------

-------- Alguns aspectos importantes relativamente àquilo que são algumas despesas da Câmara na área social. É fácil explorar isto demagogicamente, mas só o fará quem quiser porque os números têm uma explicação. Quando se diz que as Bolsas de Estudo em 2011 importaram à Câ-

mara 39.300 € e em 2012 vão importar em 22.800 €. Quando se diz que há um decréscimo de 42% nesta rubrica, isso tem a ver com o facto de mantermos exactamente as 12 Bolsas de Estudo e de deixarmos de comparticipar os estudantes de São Tomé que estiveram em Coruche, durante três anos, a fazer formação na Escola Profissional ao abrigo de um acordo de cooperação. Estes estudantes terminaram o curso, regressaram a São Tomé, e não há outros estrangeiros na Escola Profissional a quem se justifique esse apoio. Por esse motivo, a rubrica "Bolsas de Estudo" tem uma diminuição.----------

--------No Programa Casas com Gente prevê-se um crescimento no apoio ao arrendamento ou na aquisição de casa própria (de 18.000 € para 28.000 €). ----------

--------Quanto aos auxílios económicos e material escolar, há uma redução porque o número de candidatos e de pedidos de apoio em material escolar deu um resultado inferior, ou seja, a Câmara comparticipa aquilo que é entendido como auxílios económicos sobre proposta dos encarregados de educação e com a devida avaliação do agrupamento escolar. O ano passado importou em 18.000 € e este ano importa em 15.000 €. ----------

--------Há outros auxílios fora das AMR's que tem a ver com várias situações na área social, que o ano passado importaram em 43.950 € e este ano importam em 44.000 €. ----------

--------O Programa de Apoio à Melhoria e Conforto Habitacional vai subir cerca de 25%. Passa de 52.000 € para 65.000 €. Podem acontecer excepções que justifiquem aumentar ainda mais esta verba. ----------

--------Quanto às Festas em Honra de Nossa Senhora do Castelo, o ano passado a comparticipação foi de 90.000 € e este ano estamos a prever reduzir para 80.000 €. ----------

--------O apoio a entidades de cariz social passa de 10.000 € para 20.000 €.----------

--------Os auxílios económicos a instituições passa de 5.000 € para 10.000 €.----------

--------Em relação ao apoio a entidades de cariz social, em capital, dizer que em 2012 vai haver um decréscimo que se justifica plenamente. Em 2011 apoiámos uma grande obra em cerca de 520.000 € (a Unidade de Cuidados Continuados). A Câmara pagou à Misericórdia aquilo a que se tinha comprometido, cerca de 25% do custo total da obra, a qual foi orçada em cerca de 2 milhões de euros. Em 2012 estamos a pensar apoiar duas obras de carácter social. Uma do CRIC, que vai começar - a construção do seu edifício para receber crianças inadaptadas e para a formação dessas crianças. Também continuaremos a apoiar o Lar da Lamarosa. A redução de 2011 para 2012 tem a ver com obras que objectivamente apoiámos. Não vale a pena inventar. Temos uma verba tendo em conta os desafios dos protocolos assinados e que é para estas duas grandes obras. Se por acaso houver necessidade de dar outros apoios, temos de fazer uma alteração orçamental e reforçar a rubrica. ----------

--------Em relação às Juntas de Freguesia há uma redução de 5%. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

--------Em relação às tarifas municipais há um aumento médio de 3,1%, de acordo com aquilo que se prevê que seja a inflação no próximo ano.----------

--------A evolução da dívida à Banca tem sido uma preocupação da Câmara. Todos os anos temos reduzido a dívida e cumprido rigorosamente o serviço da dívida. No ano de 2011 vamos terminar com 5.159.000 €. Previsivelmente, podemos aumentar este valor da dívida se se concretizar o empréstimo a que nos candidatámos junto do Banco Europeu de Investimento. As Câmaras com baixo nível de endividamento podem recorrer a estes empréstimos para fazer face a comparticipações de fundos comunitários.----------

-------- Para além disso, também temos um compromisso com a Caixa de Crédito Agrícola, cujo contrato já está assinado e visado pelo Tribunal de Contas, para comprar o terreno do futuro Parque Empresarial. Estamos a resolver a questão burocrática, tudo aquilo que tem a ver com o planeamento e com a desafectação do terreno. Se concretizarmos esse processo no próximo ano, significa 624.000 € de empréstimo. E se utilizarmos todo o empréstimo do Banco Europeu de Investimento que nos foi concedido, estamos a falar de 765.000 €. Teremos no final de 2012 uma dívida à Banca de 5.821.000 €. Se nenhum desses empréstimos for concretizado, teremos no final de 2012 uma dívida à Banca de 4.431.000 €. Nada que nos preocupe, até porque é público, e posso dizê-lo, temos um empréstimo a três meses de cerca de 1.800.000 €, o qual está disponível para qualquer situação quando for necessário.----------

--------Estamos perfeitamente tranquilos relativamente ao serviço da dívida e ao futuro desta Câmara Municipal quanto à sua gestão económica e financeira e em relação à sua tesouraria. Se o Governo não alterar as regras, e não alterar profundamente aquilo que é a comparticipação do Estado através do FEF, podemos continuar a gerir esta Câmara com alguma tranquilidade. Não estamos aqui a embandeirar em arco que vai estar tudo bem. Neste momento estamos bem, mas o futuro não depende só de nós. No caso das regras não se alterarem continuaremos a governar esta casa com alguma tranquilidade e com fortes investimentos previstos para o próximo ano.----

--------Queria destacar algumas das imposições da Troika:----------

--------Manutenção do valor do endividamento líquido para o próximo ano. Mesmo com os empréstimos previstos não teremos problemas para cumprirmos estes princípios;----------

--------A redução do número de trabalhadores em 2%, em moldes a definir por lei. A nossa obrigação seria dispensar 9 trabalhadores por ano, mas como se estão a reformar cerca de 15 trabalhadores, obviamente que cumprimos essa imposição. Em princípio, não teremos de recorrer a despedimentos. ----------

--------Aumento zero na tabela salarial e o corte nos subsídios de férias e de Natal;----------

--------Redução em 15% do número de chefias. Isto pode ser preocupante se o Livro Verde vier a ser implementado. No que respeita às chefias no Município de Coruche, na minha opinião, é

um verdadeiro disparate e não significa qualquer tipo de poupança. De acordo com aquilo que se fala, seria reduzir para 3 Chefes de Divisão. Não é impossível, mas é muito difícil gerir esta casa, com 400 trabalhadores, com aquilo que é o nosso orçamento, com a dispersão do concelho, com toda a distância a percorrer e com o número de serviços e obras que desenvolvemos. Para além do mais, os nossos Chefes de Divisão e os Directores de Departamento não ganham mais porque já estão, do ponto de vista profissional, numa situação de topo da carreira. Este princípio, se for aplicado, é um princípio cego, disparatado e não gerará qualquer tipo de poupança. Contudo, gera dificuldades na organização e na gestão do pessoal e nos trabalhos e tarefas a desenvolver na Câmara. Por exemplo, só na área de Educação temos mais de 100 trabalhadores. Obviamente que a área de Educação, Cultura, Tempos Livres e Desporto exige um Chefe de Divisão, bem como a Administração Urbanística, a Divisão de Obras, os Serviços Urbanos e a Administrativa e Financeira. Estamos a falar de 5 Chefes de Divisão para as coisas serem equilibradas e funcionarem como deve ser;----------

--------Uma redução de 10% no valor dos contratos de prestação de serviços. Por aqui também não temos qualquer dificuldade; ----------

--------A redução do valor das horas extraordinárias (redução de 50% no acréscimo de valor/hora). Se isto vier a acontecer é evidente que é penalizador para os trabalhadores. Contamos este ano ficar numa bitola muito próxima dos 100.000 €, incluindo os bombeiros e todos aqueles que fazem horas extraordinárias por necessidade. Recordo que em 2001, o mesmo Município de Coruche pagou em horas extraordinárias mais de 250.000 €. ----------

-------- Em relação ao cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição, que é muito reivindicado, e bem, por alguns elementos da oposição, procurámos reunir com todos os partidos. ----------

-------- A CDU esteve representada por um Vereador, o qual não deixou qualquer proposta escrita, tendo dito que entregaria mais tarde, mas não chegou a fazê-lo. O seu fundamento era que a Câmara desse atenção à requalificação e recuperação de estradas e caminhos. Mais do que obra nova, a sugestão era para fazer a recuperação de algum património existente. ----------

--------O PSD não compareceu à reunião, mas enviou 44 propostas, das quais estão contempladas 25, uma média superior a 50%. ----------

--------O MIC apresentou 16 propostas e foram contempladas 5. ----------

--------Foram ainda realizadas reuniões com as Juntas de Freguesia. Compareceram basicamente todas, algumas entregaram propostas e outras não o fizeram: ----------

--------A Junta de Freguesia do Biscainho apresentou 6 propostas e foram contempladas 2; -------

--------A Junta de Freguesia da Branca apresentou 30 propostas. A sua maioria não era competência da Câmara, mas sim da Águas do Ribatejo. Estão 10 propostas contempladas; ----------

--------A Junta de Freguesia do Couço não apresentou propostas; ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A Junta de Freguesia de Coruche não apresentou propostas;----------

-------- A Junta de Freguesia de Santana do Mato apresentou 18 propostas, sendo 2 da competência da Águas do Ribatejo. Estão 7 propostas consideradas, ou seja, 44% daquilo que é competência do Município está contemplado;----------

-------- A Junta de Freguesia da Fajarda apresentou 4 proposta, estando 1 contemplada;----------

-------- A Junta de Freguesia da Lamarosa apresentou 1 proposta, a qual não foi contemplada;----

-------- A Junta de Freguesia da Erra apresentou 5 propostas e foram 4 contempladas, o que representa cerca de 80%. ----------

-------- Em termos genéricos, foi isto que acolhemos da oposição e das Juntas de Freguesia e que parte está contemplado nos documentos para o ano de 2012. ----------

-------- Os projectos de 2011, e que continuam em 2012, são sobejamente conhecidos. Estou a falar de alguns projectos de grande dimensão e cuja execução continua em 2012: O Mercado Municipal, que se encontra ainda em execução; o Açude Ponte e o Quartel dos Bombeiros estão praticamente concluídos. São obras que vêm de 2011 e que fazem subir bastante o nosso investimento, mas que têm alguma execução também no ano de 2012.----------

-------- Novos Projectos: ----------

-------- Modernização Administrativa - Balcão Único;----------

-------- Coruche Poente - Requalificação da Avenida do Sorraia - intervenção na antiga manga de touros para transformar numa verdadeira zona urbana e de lazer com alguma qualidade;----------

-------- Revitalização da Praça da Liberdade; ----------

-------- Revitalização do Largo Porto João Ferreira; ----------

-------- Revitalização do Centro Histórico da Vila de Coruche;----------

-------- Loteamento Municipal da Zona Industrial do Monte da Barca Norte - tem a ver com o Parque Industrial; ----------

-------- Requalificação do Bar/Esplanada do Parque do Sorraia;----------

-------- Intervenções no âmbito do Plano Municipal de Soluções Integradas de Acessibilidade; ---

-------- Arranjo Urbanístico na Rua do Centro Social da Azervadinha;----------

-------- Rua António Teles e Rua da Escola, em Vale Mansos - pluviais e Asfaltamento; ----------

-------- Herdade dos Concelhos - melhoria do Povoamento Florestal; ----------

-------- Aquisição de Equipamento para Eficiência Energética na Gestão da Água e de Óleos Alimentares Usados;----------

-------- Arranjo Urbanístico das Zonas Verdes das Piscinas e Estádio Municipal; ----------

-------- Circuito de Manutenção do Estádio Municipal; ----------

-------- Colectores Solares nos Refeitórios Municipais; ----------

-------- Instalação de Minigeração; ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Instalação de Microgeração na Creche da Azervadinha e Jardim de Infância de Santo Antonino; ----------

-------- Implementação de Sistema de Gestão da Iluminação Pública; ----------

-------- Repavimentação da Estrada de Ligação de Pé D'Erra/E.M.580; ----------

-------- Repavimentação da Ligação da E.N.251/Lagoíços; ----------

-------- Ligação da E.M. 580/E.N.114 - Troço Valverde/Santo Antonino; ----------

-------- Aquisição de Abrigos de Passageiros; ----------

-------- Qualificação em Espaço Rural na Fajarda - Troço E.N.114-3/Centro Escolar da Fajarda; -

-------- Repavimentação da Rua das Flores e Rua da Liberdade em Lagoíços; ----------

-------- Rua do Tanganho, na Lamarosa;----------

-------- Avenida da Liberdade, em Santana do Mato; ----------

-------- Observatório do Sobreiro e da Cortiça - aquisição de Equipamento;----------

-------- Ecoparque do Sobreiro e da Cortiça na Herdade dos Concelhos; ----------

-------- Programa de Intervenção para a Sinalização de Âmbito Turístico;----------

-------- Aquisição de Terrenos - um investimento de 750.000 € para o terreno do Parque Industrial e um terreno junto ao Centro Escolar da Fajarda; ----------

-------- Aquisição de Edifícios - um investimento de 700.000 €. Há a hipótese de adquirir edifícios de alguma importância em Coruche, nomeadamente o edifício da antiga rodoviária. ----------

-------- Também no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana podemos vir a ter que intervir no Centro Histórico ou a adquirir alguns edifícios. ----------

-------- Projectos que já estão em curso: Quartel dos Bombeiros, Centro Escolar da Lamarosa, Centro Escolar da Fajarda; Açude Ponte no Rio Sorraia; Qualificação em Espaço Rural no Largo da Liberdade, na Branca e na E.M.515, no Biscainho; Requalificação do Mercado Municipal. ----

-------- São estas as nossas propostas para as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2012.----------

-------- Recordo que as Grandes Opções do Plano têm a ver com um período plurianual de 2012/2015 e que grande parte das obras decorrem em vários anos económicos, daí a obrigação de inscrevermos as verbas não só num ano, mas divididas em vários anos económicos. Daí, também, a necessidade daquele documento inicial que veio à Assembleia para correcção da rubrica.-

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu as explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara. ----------

-------- De seguida, passou a palavra aos Deputados Municipais. ----------

-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Vou fazer algumas observações, avaliações e comentários, não de uma forma sistematizada, uma vez que por razões pessoais não me foi possível avaliar e estudar os documentos.----------

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

--------Gostaria de dizer que entendo a exposição apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. Todos temos presente que o ano de 2012 vai ser um ano muito difícil e um ano em que as perspectivas são muito más. Prevê-se uma grande recessão e o aumento do desemprego. Já é conhecido um aumento brutal dos impostos que vão afectar a generalidade das famílias, como o IVA, a energia eléctrica e ainda os cortes sociais e a redução dos salários. Há um conjunto de medidas que estão em cima da mesa e tudo indica que vai ser um ano muito difícil. ----------

--------Do meu ponto de vista, os documentos do Orçamento e das Grandes Opções do Plano não estão à altura daquilo que são as exigências do próximo ano e das medidas que seria necessário tomar para, de alguma forma, a Câmara poder também contribuir para atenuar a dureza daquilo que vai ser a dificuldade da vida para muitas pessoas do nosso concelho. ----------

--------Há quatro anos falámos aqui das imensas dificuldades e da pobreza escondida. Estranhei, há pouco, ouvir o Senhor Presidente da Câmara dizer que até houve menos candidaturas aos apoios escolares. Há qualquer coisa que não bate certo. Não estou a dizer que as pessoas não se inscreveram, mas que há qualquer coisa que não corresponde àquilo que é a nossa sensibilidade. Acho que há um agravamento das dificuldades e há que ver porque é que há menos candidaturas. As estatísticas e os elementos disponíveis por vezes não relatam fielmente aquilo que é a realidade. Vimos isso em relação ao desemprego, pois nem todos os desempregados recebem subsídio de desemprego e nem todos estão inscritos nos Centros de Emprego. ----------

--------Gostava de dizer que para além destas dificuldades mais gerais, que emanam das políticas governamentais, também estes documentos prevêem o aumento da receita do IMI e das tarifas na ordem dos 3%.----------

--------Depois, há o aumento do custo da água em 12,5% imposto pela empresa Águas do Ribatejo. É um aumento muito significativo.----------

--------Como eu disse aqui há dois anos atrás, quando discutimos a Águas do Ribatejo, hoje esta questão até é um conforto para os Senhores Presidentes de Câmara quando estão a apresentar nas Assembleias Municipais os documentos para 2012. Não têm que acarretar, aparentemente, com esta responsabilidade, a qual é da empresa Águas do Ribatejo. Os sete municípios que conhecemos são os co-responsáveis e são os gestores da Águas do Ribatejo. Brindam-nos com 12,5% de aumento. ----------

--------Não costumo usar estes argumentos, porque estamos aqui a discutir Coruche, mas os Senhores sabem que introduzem sempre alguns elementos de apreciação e fazem comparações com outros concelhos onde a CDU é poder e que são realidades bem distintas. Acho curioso e hoje não resisto a dizer que os Vereadores do Partido Socialista, em Santarém, votaram contra o aumento das tarifas da água em 6,5%. É um aumento muito grande, mas em Coruche o aumento é de 12,5%.----------

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

--------Há pouco, a Deputada Municipal Mara Coelho apresentou uma Moção a propósito dos passes sociais e o gravoso aumento que se vai verificar em 2012. Mas então os 12,5% de aumento da água não a incomoda? Não mexe com a sua sensibilidade? ----------

--------Podem entender que é ironia, mas não é. Tenho aqui um recorte de imprensa em que o Presidente da Câmara Municipal de Benavente diz que esta é a forma de manter a sustentabilidade da empresa. Com toda a responsabilidade que isto implica, se eu estivesse eleito na Assembleia Municipal de Benavente votava contra. Acho que é de uma insensibilidade a toda a prova a aplicação deste aumento no ano de 2012. Qualquer Presidente de Câmara, seja ele qual for, da CDU ou do PS, dar como prioridade a sustentabilidade da empresa intermunicipal e não ter em conta as populações e os seus munícipes, com cortes nos salários, aumento de impostos, aumento da electricidade, é de uma grande insensibilidade. Penso que há aqui muito cinismo e muita hipocrisia. Esperava que em momentos tão difíceis como estes os nossos governantes locais, nos diferentes concelhos, fossem mais sensíveis à vida dos seus concidadãos. ----------

--------O Senhor Presidente da Câmara dá sempre o exemplo das horas extraordinárias, mais uma vez o fez. Faz sempre esta comparação quando discutimos os Planos e os Orçamentos. Acho curiosíssimo, acho extraordinário que para justificar a sua gestão vá buscar números de há dez anos atrás. Vai buscá-los, mas não sendo rigoroso. Todos sabem que há dez anos atrás, na Câmara Municipal de Coruche, as obras eram feitas por administração directa. Não havia empresa de "catering" a fornecer refeições (como hoje há), a segurança das instalações municipais era feita por trabalhadores, os motoristas não estavam limitados como estão hoje nas visitas de estudo (com horário para estarem em Coruche até às 16,30 horas). Podia elencar aqui um conjunto de situações. O Senhor Presidente da Câmara devia era vir aqui dizer-nos que hoje a Câmara não paga horas extraordinárias. Paga em tempo, mas que em relação ao tempo há trabalhadores que estão a chegar ao final do ano e ainda têm várias dezenas de horas para gozar e que estas vão passar para o próximo ano. ----------

--------Esta situação não é só aqui na Câmara Municipal de Coruche. É a realidade que se impõe - não pagar horas extraordinárias em dinheiro. Como é que não tem de haver uma redução de horas extraordinárias? ----------

--------O Senhor Presidente da Câmara deveria fazer outra comparação. Tenho os números, mas não os vou aqui dizer. Quanto é que o Presidente da Câmara, Dionísio Mendes, recebeu de ajudas de custo em 2011 e quanto é que o Presidente da Câmara Manuel Brandão recebeu em 2001? Diga Senhor Presidente. Há esses números na Câmara Municipal. Devemos ser objectivos, rigorosos e sérios na discussão. Não é sério comparar o valor em horas extraordinárias de 2011 com o de 2001, porque então tínhamos de ir comparar todos os outros indicadores. ----------

--------Temos de ser rigorosos e comparar aquilo que é comparável. Desse ponto de vista, não

temos nada que nos pese na consciência. Nenhum dos eleitos da CDU recebia ajudas de custo. Recebiam aquilo que era o seu salário e as despesas de representação (que hoje também existem). Ajudas de custo não recebiam, só excepcionalmente se fossem em representação da Câmara ao estrangeiro ou em deslocações de grande distância. Quando se deslocavam a Lisboa ou a Santarém não recebiam e eu sei que agora são gastos milhares de euros. ----------

--------Relativamente ainda a estes documentos, na rubrica "Habitação Social" estão inscritos 1.000 €. Queria dizer que durante dez anos a Câmara não construiu uma única habitação social. Aquele negócio que fez com a Villop, no antigo Largo de Matadouro, é uma outra coisa. Não houve nenhum projecto de habitação social. A que existe foi construída no Couço, na Azervadinha e em Coruche e é do tempo da CDU. Os quatro fogos construídos no Largo do Matadouro foram para realojar famílias.----------

--------A justificação que o Senhor Presidente da Câmara deu a propósito das bolsas de estudo é que se manteve as doze bolsas. Nós sabemos que se mantêm as doze bolsas de estudo. Mantêm-se há quantos anos? Não vivemos numa conjuntura de emergência social? Porque é que a Câmara não permite que haja mais candidaturas? Se houvesse mais bolsas, em vez das doze, seguramente que haveria jovens com dificuldades que se podiam candidatar. Seguramente que há mais famílias com dificuldades para manter os seus filhos a estudar fora de Coruche, quando vão para o ensino superior. A explicação não pode ser a de que a verba reduziu porque não há os bolseiros de São Tomé. Isso não responde ao problema. A Câmara em vez das 12 bolsas de estudo devia ter mais para 2012. É esse o desafio que fica. ----------

--------Na rubrica "Projectos de Divulgação e Promoção do Património", em 2011 estavam inscritos 20 mil euros e para 2012 estão 130 mil euros. Gostava de saber a que diz respeito esta rubrica. Ao longo destes anos temos ouvido o Senhor Presidente da Câmara falar que a propaganda do Gabinete de Imprensa se trata da promoção do concelho. Tal tem sido a venda, que os últimos censos dizem que Coruche perde população, perde juventude e perde peso no contexto dos concelhos da região. Fomos ultrapassados por Salvaterra de Magos, Almeirim, Benavente e Vendas Novas. Essa venda, essa promoção do concelho, resume-se a quê? Tem-se resumido a "outdoors", festas, eventos cor-de-rosa, telenovelas e investimentos desastrosos, como foi o projecto do comboio, que não é competência da Câmara, nem se adequava às necessidades das pessoas que têm de deslocar-se para Lisboa.----------

--------Relativamente às Festas Populares ou Festas Nossa Senhora do Castelo, como se queira chamar, o ano passado, num ano de crise e de dificuldades, o que é que todos verificámos? Pela primeira vez as festas tiveram fogo de artifício a abrir e a encerrar e tronqueiras nas ruas numa dimensão nunca vista. O que estou a dizer pode não ser popular, até pode prejudicar eventualmente a CDU, relativamente àquelas pessoas que acham que o que conta são as festas e que o

povo quer é pão e circo, como no tempo dos Romanos. Mas não é assim, temos de ter responsabilidade. É excessivo que em 2012 a Câmara disponibilize 80.000 €. Do meu ponto de vista, o que a Câmara devia disponibilizar em dinheiro, para além de todo o outro apoio material e pessoal, cujo valor eu não consigo contabilizar, mas serão muitos milhares de euros, não devia exceder os 50.000 €. Era mais que suficiente. O desafio está lançado. A Comissão de Festas também tem de fazer também alguma contenção. No contexto que o país e o concelho de Coruche vivem, este ano não podemos fazer as festas que fizemos o ano passado. As pessoas não têm dinheiro e a economia local está a ressentir-se. ----------

-------- Em relação à FICOR, também acho que é excessivo 90.000 €. O Senhor Presidente disse na reunião de Câmara, que feitas as contas, fica em 50.000 €. Então que a dotação seja 50.000 €. Eu até defendia que devia passar de 90.000 € para 70.000 €. A Câmara Municipal de Coruche não tem de patrocinar a FICOR. Já não é a primeira edição, é a quarta. Creio que se tem de mudar. Para o apoio social há reduções, mas depois continuamos a esbanjar nestas iniciativas. Não digo que não sejam proveitosas e importantes, mas no contexto actual tem de haver coragem para fazer cortes significativos. ----------

-------- Gostaria de terminar com um exemplo. Quando é que é posta a funcionar a ETAR do Monte da Barca? Foi inaugurada a 15 de Agosto de 2010, pelo Senhor Presidente da Câmara, com direito a fotografia. Essas é que são coisas importantes. Os Senhores fizeram o discurso de que agora é que os coruchenses vão ter o tratamento de esgotos. Até hoje zero. Sei que isto não lhes agrada, é contra a corrente, mas os Senhores têm que ouvir porque vivemos em democracia. Quando as leis eleitorais forem alteradas, conforme os Senhores querem, e há pouco aqui aprovaram um documento, provavelmente não vai haver no futuro a possibilidade dos eleitos da oposição se fazerem ouvir. Isto é muito mau para a democracia. ----------

-------- Convém acrescentar que as medidas que o Senhor Presidente da Assembleia aqui apresentou, impostas pela Troika e pela União Europeu, são as medidas que o Partido Socialista aprovou e está amarrado a elas. Também convém dizer que é com o acordo do Partido Socialista.

-------- O Deputado Municipal Joaquim Serrão proferiu a seguinte intervenção: ----------

-------- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,----------

-------- Senhores Deputados Municipais, ----------

-------- Estamos perante mais um Plano e um Orçamento para o Município de Coruche desde que o Partido Socialista é responsável pela administração do nosso Concelho. ----------

-------- Nestas propostas referentes ao ano 2012, apresentadas à Assembleia Municipal para discussão e aprovação, podemos constatar, à partida, a diminuição da receita, onde assumem particular relevância as transferências provenientes do Orçamento de Estado e dos Fundos Comunitários.--- ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Previa-se que assim fosse, dados os tempos difíceis que Portugal e a Europa estão a atravessar. ----------

-------- As designadas restrições de transferências de capital afectam obviamente o Município de Coruche. ----------

-------- Mas os executivos municipais do PS já se habituaram a conviver com dificuldades desde o seu primeiro dia de exercício, ao herdarem uma situação financeira completamente desequilibrada, com falta de projectos, ou os que existiam eram na grande maioria desadequados para o concelho. ----------

-------- Herdaram-se também conflitos sociais gravíssimos.----------

-------- Tivemos que resolver muitos problemas laborais e administrativos relativos aos funcionários municipais, bem como corrigir falhas nas hierarquias.----------

-------- Encontrou-se um património municipal descuidado com relevância para os edifícios escolares, na sua grande maioria mal cuidados, e a necessitar de reparação imediata.----------

-------- O saneamento básico era uma miragem.----------

-------- Em suma, herdou-se uma casa desorganizada e sem regras! ----------

-------- Os executivos PS têm trabalhado arduamente ao longo dos últimos 10 anos para colocar ordem nestes enormes problemas, por isso não é hoje que baixam os braços perante a actual crise.----------

-------- O trabalho continua, e quem apreciar com atenção este Orçamento e as Grandes Opções do Plano conclui que se incluíram propostas para investimento em sectores fundamentais tais como: ----------

-------- Educação e cultura, desporto, apoios sociais, ordenamento do território, protecção do ambiente e conservação da natureza. Assume particular importância a rede viária, e ainda um conjunto de outras obras de grande importância para o concelho, e utilidade para a população, tal como já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara.----------

-------- Para se realizarem tais investimentos é preciso não desperdiçar um único apoio comunitário, é necessário candidatar em devido tempo os projectos, é preciso trabalhar com dedicação e competência tal como é prática deste executivo, bem como dos técnicos e outros funcionários municipais. ----------

-------- Temos consciência que em função das pesadas restrições financeiras, este é o melhor orçamento, ou se quisermos, o orçamento possível para o ano de 2012. Sabemos também que seja qual for o orçamento aqui apresentado, jamais, à semelhança dos anos anteriores, será apoiado pela oposição, ou melhor, por alguma oposição. ----------

-------- Alguma oposição tem-se especializado, ao longo dos últimos 10 anos, em criar o máximo de problemas, tendo sempre a preocupação de insistir em: ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Reduzir e destinar menos verbas ao funcionamento das estruturas municipais, com o objectivo de promover desgaste e dificuldades no trabalho dos eleitos e funcionários, tendo por consequência prestar um pior serviço à população, e daí o seu descontentamento. ----------

-------- Sugerir ajudas e investimentos sem grande rigor, sobretudo nos apoios sociais e a instituições sem fins lucrativos, com o objectivo de provocar a insatisfação popular e discórdia. -------

-------- Depreciar obras com grande importância para a população, a fim de desvalorizar o trabalho municipal.----------

-------- No entanto, temos todo o respeito pela oposição. Procuramos ouvir as suas propostas e atendê-las sempre que se enquadrem na realidade do Município. ----------

-------- Mas esta tem que perceber que este é o Orçamento e o Plano apresentados legitimamente pelo PS, por ter obtido do povo de Coruche a confiança para governar o Município. ----------

-------- Essa confiança foi manifestada pelo voto popular nas eleições autárquicas em 16 de Dezembro de 2001 (comemoram-se hoje 10 anos), nas autárquicas de 2005 e, por último, nas autárquicas de 2009. ----------

-------- O povo de Coruche quis que fosse o PS a governar o concelho, porque sabia que nós colocávamos os interesses do nosso Concelho sempre em primeiro lugar! ----------

-------- O povo não quis outros que colocassem os interesses político-partidários acima dos interesses do Município de Coruche. ----------

-------- Assim, face à apreciação do presente Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2012, entendemos que é dentro do possível o mais equilibrado face às dificuldades resultantes da actual conjuntura, por isso decidimos propor a esta Assembleia que seja votado favoravelmente. ----------

-------- O Deputado Municipal Filipe Justino afirmou: Queria lembrar que faz hoje precisamente 10 anos que os coruchenses fizeram esta escolha, mas dá-me a impressão que se está a meter em causa o voto dos coruchenses. Os coruchenses votaram no Partido Socialista porque acreditaram em nós e porque ao longo destes 10 anos temos agradado. A prova é que consecutivamente fomos reeleitos. ----------

-------- Queria aqui ressalvar, como Presidente da Assembleia Geral da Comissão de Festas, que houve aqui coisas que foram ditas que são um absurdo. Sei que o Deputado Municipal Armando Rodrigues não gosta muito de festas. Aliás, só gosta daquela festa "melhor festa que esta não há". Se calhar é um bocadinho de ciúme, porque as Festas de Coruche fazem concorrência à festa de que vocês falam. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Faz hoje precisamente dez anos que o Partido Socialista triunfou em Coruche e que executivos do Partido Socialista governam o concelho. É uma data histórica - 16 de Dezembro de 2001. Estamos em 2011, dez anos depois. Felizmente dez anos

depois. ----------

--------Para mim não é chatice discutir com as pessoas, chatice é discutir ou argumentar com aqueles que são ignorantes. Isso foi dito pelo Deputado Municipal Armando Rodrigues. Não teve tempo de preparar os documentos, mas queria dizer umas coisas. Depois diz o que lhe apetece e tem tempo de antena. Na perspectiva democrática, se cada um dos elementos deste órgão usasse o mesmo tempo que o Deputado Armando Rodrigues, obviamente que o órgão não reunia. O Deputado Armando Rodrigues acha-se no direito de usar o mesmo tempo que o Presidente da Câmara. Ele é um Deputado entre vinte e nove e o Presidente da Câmara é só um, mas, mesmo assim, ele acha que tem de usar o mesmo tempo que o Presidente da Câmara. É o seu conceito de democracia. A chatice é, de facto, discutir com quem não se prepara. Por exemplo, dizer que a ETAR do Monte da Barca não está a funcionar é ignorância absoluta. Está a fazer o processamento dos esgotos do Rebocho, Salgueirinha e da Zona Industrial. Essa ETAR está a funcionar. -

--------Para quem está neste mundo da política, dizer que ainda que se preveja gastar 70.000 € com a FICOR e só se inscreve 40.000 €. Como é que é possível? Então como é que se faz um Orçamento? Então não se tem de inscrever o total da verba? Ainda que a despesa real não seja 70.000 € ou 50.000 €, tem que estar inscrita a despesa total e depois dessa despesa total há uma componente que é paga pelo Município e a outra vem em forma de apoio ou subsídio de algumas entidades e empresas que participam. O valor total tem de estar inscrito no Orçamento. Isto é básico. ----------

--------Depois mistura a Águas do Ribatejo com os aumentos da água na Câmara Municipal de Santarém e a votação do Partido Socialista nessa autarquia. ----------

--------Não me admiro que os Deputados do PS em Santarém, ou outros, votem contra a proposta de aumentos da água que é paga pela população de Santarém. ----------

--------Quanto à Águas do Ribatejo, nos concelhos de Coruche, Benavente, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos e Torres Novas, o valor de 5 m^3 é 7,23 € (com o aumento previsto de 12,5%). Em relação a Santarém, com os valores de 2011, ainda sem aumento, 5 m^3 custam 9.40 € (mais 30%). Não me admiro que a população de Santarém custe a aceitar um aumento de 6%. --- ----------

--------A Águas de Abrantes cobra 13,96 €. A Cartágua, no Cartaxo, cobra 9,44 €. A Águas da Azambuja cobra 9,80 €. Os SMAS de Tomar cobram 16,29 €. ----------

--------Efectivamente, na Águas do Ribatejo há uma boa gestão da água. É uma empresa exclusivamente municipal e é a única no país. Mais uma vez, quero elogiar o seu desempenho. No contexto nacional e regional, mantém tarifas que outros não mantêm. Neste momento, tem 170 trabalhadores. É evidente que os consumidores de água no concelho de Coruche, para além de pagarem a água, alguma coisa da factura tem a ver com investimento e com a necessidade de o

financiar. Isso é preferível a admitirmos no capital um privado que, necessariamente, quererá ter dividendos. Isso significaria tarifas de água muito superiores àquelas que temos hoje. ----------

--------É normal que a população em geral não goste de pagar mais. Nós também não desejamos que as pessoas paguem mais, não temos prazer nenhum nisso. ----------

--------As pessoas pagam um pouco mais, mas têm um serviço de qualidade e têm um conjunto de infra-estruturas invejadas. Todas as freguesias do concelho de Coruche vão ter ETAR's, vão ter tratamento de esgotos. Quantos milhões já foram investidos no concelho de Coruche e quantos mais vão ser investidos? O grande papão que a CDU agitava era que os privados tomariam conta da Águas do Ribatejo. Não há privado e as Câmaras estão organizadas, a tomar conta da empresa e a praticar as tarifas mais baixas, com investimentos enormes que vão chegar aos 180 milhões de euros. É uma empresa municipal e vai continuar a sê-la enquanto esta administração lá estiver e tivermos a capacidade, e a lucidez, de valorizar aquilo que é municipal. Não temos medo nenhum de assumir a necessidade dos aumentos das tarifas, porque esses aumentos justificam-se para pagar o serviço. Justificam-se também porque a empresa tem de ter capitais próprios para fazer investimentos. Se não os tiver desperdiçará os fundos comunitários. A alternativa à Águas do Ribatejo era estarmos encostados a um sistema privado e estarmos hoje a sofrer aquilo que as populações de outros concelhos estão a sofrer e onde os investimentos são pouco mais que zero. Vamos ver onde é que foram feitos investimentos. Temos aqui o exemplo do que está a acontecer em Santarém e no Cartaxo. São dois municípios que estiveram nesta sala aquando do pré-acordo com a Águas do Ribatejo e que depois saíram do processo. Naturalmente que as populações estão a pagar por isso. Efectivamente ninguém gosta de pagar mais, mas, se calhar, se pensarmos o que é o custo da água, concluímos que é insignificante. Se nós pensarmos no que gastamos ao comprar água engarrafa, ou no quanto gastamos quando vamos ao café, facilmente concluímos serem valores bem superiores aos da factura da água. ----------

--------É evidente que durante anos as Câmaras não transferiram para o consumidor o custo real da água e hoje isso está-se a aproximar. ----------

--------Há infra-estruturas que justificam esse esforço que se pede, mas as pessoas têm a sua quota no resultado desse investimento, ou seja, têm à sua porta, no Biscainho, na Fajarda, no Couço ou na Lamarosa, a consequência do investimento que é feito em abastecimento de água e no tratamento de esgotos. Há que haver um pagamento do serviço que é prestado. A Águas do Ribatejo está a proporcionar um aumento da qualidade de vida. ----------

--------Em relação às casas do Largo de Matadouro, não conheço nenhum negócio com a Villop. Era bom que o Senhor Deputado concretizasse e não deixasse essa suspeita. ----------

--------O Deputado Municipal Armando Rodrigues afirmou: O que eu quis dizer é que houve ali o alojamento daquelas famílias e que há ali também a intervenção da Villop. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- O Presidente da Câmara referiu: Não tem nada a ver uma questão com a outra. Nas casas do Largo do Matadouro estão as famílias que estavam em casas do Município, degradadas e a cair. Não tem nada a ver com a Villop. ----------

-------- Quanto aos fogos no Couço, a Câmara vai agora pagar o terreno que, na altura, foi ocupado e não foi pago ao proprietário. ----------

-------- Quanto às ajudas de custo indexadas aos eleitos, foi uma prática que vinha do tempo da CDU e que continuou no nosso mandato quando chegámos à Câmara em 2002. ----------

-------- Dizer que as Festas do Castelo não justificam o apoio da Câmara, admito que essa seja a posição da CDU. ----------

-------- Também há dez anos atrás, o PS disse que se ganhasse a Câmara ia criar condições para que as festas fossem assumidas pela população. O que eu posso dizer é que as festas feitas pelo Município não eram mais baratas do que são hoje com a transferência de verba para a Comissão. Ainda bem que há carolas disponíveis para as fazer. ----------

-------- Relativamente à rubrica "Projectos de Promoção e Divulgação do Património", com um valor acima de 100 mil euros, não são propostas de propaganda, são propostas do Museu Municipal para a promoção e divulgação dos valores culturais do concelho e para a recuperação e conservação de documentos vários, os quais têm a ver também com a nossa memoria e história e que precisam de ser tratados. Foi apresentada uma candidatura às chamadas bolsas de mérito e que pressupõe um investimento acima de 100 mil euros, o qual será concretizado de acordo com a aprovação dessa mesma candidatura. ----------

-------- Quanto à questão do comboio, temos uma opinião completamente diferente. Achamos que esse tipo de transporte é ecologicamente mais interessante e mais cómodo e é uma alternativa ao uso do carro individual. Independentemente desta nossa aposta não produzir efeito, por desinteresse do Governo, o Partido Ecologista os Verdes e os Sindicatos Ferroviários sempre apoiaram essa vontade dos Municípios de Coruche, Salvaterra de Magos e Cartaxo. Sempre se manifestaram solidários com esta prática. ----------

-------- Estranhamente, a CDU quando se trata de questões promovidas pela Câmara Municipal de Coruche, seja na promoção do transporte de comboio, seja quando pretendemos reduzir a precariedade de alguns trabalhadores, acabar com avenças e fazer contratos, acha que isso é um disparate. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Nove. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (dezoito dos Deputados Municipais do PS e do Deputado António Pereira do MIC), seis votos contra dos Deputados Municipais da CDU e a abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Ferreira do MIC, aprovar as Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) do Município para o ano de 2012. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- De seguida colocou à votação o Ponto Dez. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (dezoito dos Deputados Municipais do PS e do Deputado António Pereira do MIC), seis votos contra dos Deputados Municipais da CDU e a abstenção do Deputado Municipal Gonçalo Ferreira do MIC, aprovar o Orçamento do Município para o ano de 2012. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO ONZE - MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2012:-** Foi presente o ofício n.º 9769, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando o Mapa de Pessoal para o ano de 2012, que foi aprovado por maioria, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Onze por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara referiu: Não existem alterações significativas a fazer tendo em conta aquilo que já expliquei antecipadamente. É equivalente àquele que vigorou em 2011. -------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- O Deputado Municipal Rui Aldeano referiu: Trata-se de um documento muito pesado e difícil de gerir dado que tem muitas tabelas. Sugeria que no próximo ano, de forma a facilitar a consulta dos eleitos desta Assembleia, fossem feitas umas tabelas que resumissem de forma mais prática o Mapa de Pessoal. ----------

-------- Não me sentindo habilitado para avaliar essas tabelas, embora o Senhor Presidente da Câmara diga que é exactamente a mesma coisa, vou-me abster na votação. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Onze. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor dos Deputados do PS e oito abstenções (seis dos Deputados Municipais da CDU e dois dos Deputados Municipais do MIC), aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2012. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- Aquando desta votação não estavam presentes na sala os Deputados Municipais Luísa Portugal e Artur Salgado. ----------

-------- **PONTO DOZE - PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA - DELIBERAÇÃO DO VALOR DAS CONTRAPARTIDAS FINANCEIRAS:-** Foi presente o ofício n.º 9764, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Ordinária de 6 de Dezembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Doze por parte do Presidente da Câmara. ----------

--------O Presidente da Câmara referiu: O protocolo com as Juntas de Freguesia é idêntico ao do ano anterior, há só uma excepção que vamos tratar a seguir e que tem a ver com a Junta de Freguesia de Coruche. ----------

--------A regra é de reduzir 5% , ou seja, fazer reflectir neste protocolo aquilo que é a redução do Orçamento de Estado para os Municípios, tal como no ano passado. ----------

--------Todas as Juntas de Freguesia manifestaram vontade de manter as competências que lhe estão atribuídas, com excepção da Junta de Freguesia de Coruche, para a qual fizemos uma correcção ao protocolo. ----------

--------O Deputado Municipal Rui Aldeano afirmou: A posição da CDU em relação a este ponto é conhecida, já vem desde o ano passado. Por uma questão de princípio, iremos votar contra. -----

--------As Juntas de Freguesia, embora contrariadas, vão aceitar esta redução de 5%. ----------

--------Não consideramos que seja justo este corte de 5% nos valores dos protocolos com as Juntas de Freguesia. O meu camarada Armando Rodrigues apresentou já aqui outras propostas em termos de orçamento de despesas. ----------

--------**A partir deste momento os Deputados Municipais Luísa Portugal e Artur Salgado, voltaram a participar nos trabalhos.** ----------

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Doze. ----------

--------A Assembleia deliberou, por maioria, com dezoito votos a favor do PS, seis votos contra da CDU e duas abstenções do MIC, que os valores a transferir para cada Junta de Freguesia em 2012, ao abrigo dos protocolos de delegação de competências sejam os que constam no mapa que integra a proposta de Orçamento do Município para 2012 intitulado "Transferência para as Juntas de Freguesia - 2012" e que resulta dos valores pagos em 2011, com uma redução uniforme de 5% em todas as contrapartidas financeiras, salvo em Coruche, em que os valores serão os que constam da alteração ao protocolo. ----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

--------O Deputado Municipal Luís Alberto apresentou a seguinte declaração de voto: ----------

--------"Voto contra esta proposta de redução dos valores dos protocolos porque entendo que deveria haver cortes noutras áreas. As Juntas de Freguesia estão constantemente a ser penalizadas no corte de verbas do Orçamento de Estado, o qual não está a ser cumprido." ----------

--------**PONTO TREZE - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO NA JUNTA DE FREGUESIA DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 9765, de 6 de Dezembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por maioria, em sua Reunião Or-

dinária de 6 de Dezembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta.----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Treze por parte do Presidente da Câmara.----------

--------O Presidente da Câmara afirmou: Tem a ver com um entendimento entre a Câmara e a Junta de Freguesia de Coruche, que é perfeitamente consensual, referente a algumas competências delegadas, nomeadamente a conservação de arruamentos e caminhos que deixaram de ser da sua responsabilidade e passam a ser assumidos pela Câmara Municipal. ----------

--------O Deputado Municipal Jacinto Barbosa referiu: O assunto foi deliberado na reunião da Junta de Freguesia e depois levámos esta posição ao Município.----------

--------Cada vez temos um menor número de funcionários, porque se vão reformando e também o tractor vai ficando cansado. Não fazia sentido, pelos custos dos combustíveis e das reparações. Claro que não estávamos a prestar o serviço adequado, logo é preferível ficar só com as outras competências. Entendíamos que não valia a pena receber uma verba que não era a necessária para executar um bom serviço.----------

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Treze.----------

--------A Assembleia deliberou, por maioria, com dezanove votos a favor (dezoito do PS e um do MIC do Deputado Municipal António Pereira) e sete abstenções (seis da CDU e uma do MIC do Deputado Gonçalo Ferreira), aprovar a alteração ao protocolo de delegação de competências do Município na Junta de Freguesia de Coruche. ----------

--------A presente deliberação foi aprovada em minuta.----------

--------**PONTO CATORZE - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, GÁS PROPANO A GRANEL E LUBRIFICANTES**:- Foi presente o ofício n.º 9666, de 30 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

--------O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Catorze por parte do Presidente da Câmara.----------

--------O Presidente da Câmara afirmou: Trata-se de um concurso conjunto para os Municípios da área da CIMLT.----------

--------Tendo em conta o volume da despesa prevista terá de ser a Assembleia a autorizar esse concurso. ----------

--------O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

--------O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Catorze. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a realização da despesa no valor total de 304.270,50 € (50.223,50 € em 2012, 127.023,50 € em 2013 e 127.023,50 € em 2014) acrescido de IVA à taxa em vigor.----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO QUINZE - CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA DA CENTRAL DE COMPRAS ELECTRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE ENERGIA PARA INSTALAÇÕES ALIMENTADAS EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO ESPECIAL:-** Foi presente o ofício n.º 9667, de 30 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Quinze por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara afirmou: A situação é idêntica ao ponto anterior. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Quinze. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a realização da despesa no valor total de 185.350,00 € (139.012,50 € em 2012 e 46.337,50 € em 2013), acrescido de IVA à taxa em vigor. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO DEZASSEIS - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - AÇUDE DO RIO SORRAIA:-** Foi presente o ofício n.º 9668, de 30 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Ponto Dezasseis por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara afirmou: Trata-se de três candidaturas que fizemos para as quais solicitámos empréstimos ao Banco Europeu de Investimento. ----------

-------- São três empréstimos que a Assembleia deve autorizar, que estão indexados à obras do Açude do Rio Sorraia, Centro Escolar de Coruche e Centro Escolar da Fajarda e que só podem ser empregues para financiamento destas obras. ----------

-------- O Presidente da Assembleia agradeceu a informação dada pelo Presidente da Câmara. ----

-------- O Deputado Municipal Joaquim Banha afirmou: Só queira chamar a atenção e lembrar que no tempo da CDU, há 10 anos, não se fazia concursos deste género. Ou não sabiam, ou não havia tempo ou, então, não percebiam. De facto, nestes últimos dez anos valeu a pena. Há uma

melhoria do concelho com o Partido Socialista. Temos aqui o exemplo, até numa Junta de Freguesia da CDU há um investimento. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezasseis. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o empréstimo no montante de 226.437,40 €, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO DEZASSETE - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - CENTRO ESCOLAR DE CORUCHE:-** Foi presente o ofício n.º 9669, de 30 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezassete. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o empréstimo no montante de 256.520,84 €, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO DEZOITO - QREN - EMPRÉSTIMO QUADRO BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO - CENTRO ESCOLAR DA FAJARDA:-** Foi presente o ofício n.º 9671, de 30 de Novembro de 2011, da Câmara Municipal de Coruche, anexando proposta sobre o assunto em epígrafe, que foi aprovada por unanimidade, em sua Reunião Ordinária de 23 de Novembro de 2011, a qual fica a fazer parte integrante da presente acta. ----------

-------- O Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto Dezoito. ----------

-------- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o empréstimo no montante de 282.289,76 €, nos termos do artigo 38.º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais. ----------

-------- A presente deliberação foi aprovada em minuta. ----------

-------- **PONTO DEZANOVE - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-** Foi presente o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de 21 de Setembro a 6 de Dezembro de 2011, o qual fica a fazer parte integrante da presente acta.----------

-------- O Presidente da Assembleia solicitou uma introdução ao Relatório por parte do Presidente da Câmara. ----------

-------- O Presidente da Câmara destacou as seguintes acções: ----------

-------- Valor total da dívida a fornecedores - 256.520,84 €. ----------

-------- Endividamento líquido - 1.827.588 €, ou seja, 42,6%, o que é muito bom sabendo que a maioria das Câmaras estão acima dos 100%. ----------

-------- Capital em dívida - 5.304.266,17 €. ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Formação Profissional - 275 horas, sem custos para o Município. ----------
-------- Procedimentos concursais - 1 técnico superior e 3 assistentes operacionais.----------
-------- Aposentaram-se 6 trabalhadores e 14 trabalhadores aguardam aposentação. ----------
-------- Projectos em curso: ----------
-------- Novo Site da Câmara Municipal de Coruche - é mais uma acção do Gabinete de Imprensa. Melhorámos o acesso à informação municipal. Naturalmente que isto vai ser considerado por alguns como mais uma acção de propaganda. Será efectivamente um bom meio de informação e esperamos que tenha muitos visitantes;----------
-------- Portal das Sugestões - tem como objectivo criar uma maior interacção entre os munícipes e a Câmara, permitindo que os cidadãos apresentem as suas sugestões e críticas; ----------
-------- Modernização Administrativa - intervenção na sala do SLOP para a instalação do Balcão Único; ----------
-------- Novo Quartel dos Bombeiros - é uma obra que há muitos anos é desejada e há muitos anos que foi prometida. Ficará concluída em 2012. É extremamente relevante para o concelho de Coruche, para o socorro e para a protecção civil e para os trabalhos dos bombeiros. Significa mais operacionalidade e melhor serviço para a população. A obra decorreu sem atrasos e sem problemas de maior; ----------
-------- Centro Escolar da Fajarda e Centro Escolar da Lamarosa - recuperação dos edifícios existentes e acrescento de novas salas para funcionamento do jardim de infância e do ensino básico; -
-------- Requalificação do Espaço Rural do Largo da Liberdade, na Branca - tem uma área de estacionamento e de lazer e uma melhor acessibilidade aos edifícios da Junta de Freguesia, ao Centro Social, à Igreja e à Escola;----------
-------- Requalificação do Espaço Rural da E.M.515 (troço Junta de Freguesia e Rua Santo António, no Biscainho) - tem a ver com pluviais, passeios, valetas, lancis e um novo piso; ----------
-------- Açude-Ponte no Rio Sorraia - já foram instaladas as comportas insufláveis e a ponte pedonal, a qual é uma réplica da ponte Teófílo Trindade. A obra ficará concluída no início de 2012. Esperamos que seja mais uma forma de trazer a Coruche muitas pessoas, sendo uma grande atracção este plano de água para a pesca, actividades náuticas e canoagem;----------
-------- Remodelação e Ampliação do Mercado Municipal - a obra tem tido alguns problemas e situações inesperadas; ----------
-------- Repavimentação da Estrada Frazão/Pé d'Erra; ----------
-------- Área de Serviço para Auto Caravanistas - decorreu o I Encontro de Auto Caravanistas em Coruche;----------
-------- 23.ª Jornadas de Gastronomia; ----------
-------- 27.ª Feira do Livro; ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 14
SESSÃO ORDINÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2011

-------- Exposição itinerante "Montado de Sobro" patente na Biblioteca Municipal de Abrantes;--
-------- Representação do Município com um stand na FEHISPOR, em Badajoz e na Feira do Montado, em Portel; ----------
-------- I Feira do Emprego e Empreendedorismo; ----------
-------- II Semana da Inclusão "Acessibilidade e Mobilidade para Todos"; ----------
-------- Programa Casas com Gente - continuamos a apoiar um conjunto de pessoas quer no arrendamento, quer na aquisição de habitação. Trata-se de uma iniciativa inédita. É uma alternativa no apoio à habitação social; ----------
-------- Programa de Apoio ao Conforto Habitacional - apoiamos vários munícipes em situação de carência habitacional e social, mediante candidaturas de acordo com o regulamento em vigor e a verificação exacta da aplicação dos materiais. Há uma grande diferença em relação há dez anos atrás, em que o material era cedido sem qualquer controlo e sem qualquer regra;----------
-------- Cartão Jovem Municipal - permite uma redução de 20% na mensalidade das creches municipais;----------
-------- Atribuição de 12 Bolsas de Estudo; ----------
-------- Isenção de 50% no pagamento de Passes Escolares;----------
-------- Unidade de Cuidados Continuados - comparticipámos com 500.000 € esta obra. Infelizmente o Ministério da Saúde ainda não licenciou esta unidade, sobretudo porque falta definir o que são as comparticipações do Ministério. É um serviço essencial para a população. É lamentável que um investimento na ordem dos 2.000.000 € esteja parado; ----------
-------- Lar de São José da Lamarosa - comparticipámos em 10% da despesa, ou seja, 111.903 €.
-------- Realizou-se hoje uma reunião na ARS de Lisboa e Vale do Tejo e constatou-se que o Ministério da Saúde ainda não definiu alguns dos princípios básicos da política de saúde no que respeita às Unidades de Saúde Familiares e aos Centros de Saúde. Em Janeiro haverá novas orientações. Em relação aos utentes do concelho de Coruche todos têm medico de família. ----------
-------- O Deputado Municipal Filipe Justino referiu: Queria congratular-me com o trabalho do Gabinete de Imprensa, da dita propaganda, pela apresentação deste excelente trabalho, o qual permite ter uma melhor visão das obras em curso. Afinal, o Gabinete da Propaganda também serve para apresentar trabalho à Assembleia Municipal.----------
-------- Citando um autarca vizinho "que o então Presidente da Câmara de Coruche dizia que Coruche era a vila mais bonita do Ribatejo". Pergunto: Dez anos depois o que é que será hoje a vila de Coruche? Não será a vila mais bonita do nosso país?----------
-------- O Deputado Municipal Armando Rodrigues referiu: Foi registado por todos que o Senhor Presidente da Câmara, ao longo da sua intervenção, dirigiu-se várias vezes à bancada da CDU. No entanto, não respondeu à questão sobre as horas extraordinárias. Eu desmontei o seu argu-

mento e não disse nada. ----------

--------Já que estamos em maré de assinalar os 10 anos de gestão socialista, quero referir que uma das grandes bandeiras do Partido Socialista era tratar da requalificação do Bairro da Desgraça, em Santo Antonino, do Bairro da Azervadinha, do Bairro dos Montinhos e do Bairro Espiga Vermelha, no Couço. Pese embora as propagandas todas (de que estamos a demolir, de que estamos a tratar), basta ir ao local para ver. Aliás, o Deputado Municipal Filipe Justino, há uns tempos, fez uns desabafos públicos na reunião de Câmara a propósito da situação da Azervadinha e foi muito objectivo. Tudo o que se fez é um exemplo, é mais uma das grandes obras destes 10 anos da gestão do Partido Socialista. ----------

--------Quanto aos arruamentos na Rua de Almeirim, na Rua dos Bombeiros, nas Ruas do Bairro Novo, na Quinta do Lago e nas curvas do Castelo, as ervas crescem de dia para dia. Sempre que aqui falo nisso, depois tomam-se algumas medidas. ----------

--------É evidente que em dez anos os Senhores tinham de fazer alguma coisa. ----------

--------Mas a realidade, e já foi evidente através dos Censos, e é-o no Plano e no Orçamento, é que o esforço desta gestão incide essencialmente em investimentos na vila de Coruche e no perímetro à volta da vila. O resto do concelho está ao abandono. Basta irmos ao Rebocho, à Salgueirinha ou à Malhada Alta.----------

--------Privilegia-se a propaganda. Por exemplo, hoje tivemos uma hora a ouvir o Senhor Presidente e a ver as fotografias que vêm no Boletim Municipal. Apesar de ser trimestral, é distribuído e eu tenho já aqui um exemplar. Acho que era desnecessário estar aqui a passar com tanta minúcia as acções realizadas pela Câmara. ----------

--------O Deputado Municipal Luís Alberto afirmou: Falou-se em questões sociais, e dado que estamos no final do ano, há uma situação que começa a preocupar. Todos gostamos de ver televisão, no entanto há muitas pessoas que provavelmente não irão ter acesso à TDT uma vez que os custos são muito avultados. A Câmara tem alguma informação concreta sobre este assunto?---

--------O Presidente da Câmara referiu: Relativamente às horas extraordinárias, já se percebeu que há uma grande diferença. Não estou a falar do número de horas, estou a falar do valor pago (quando o valor hora era menor há dez anos atrás). Estamos a falar do valor total. Há uma redução. --- ----------

--------Repetem-se os argumentos em relação às obras por administração directa. Qual foi a obra que a Câmara fez em 2001? Em 2000 foi concluído o Museu Municipal e não foi por administração directa. Já perguntei duas vezes na reunião de Câmara ao Senhor Vereador da CDU e ele ainda não me respondeu. Porque é que a administração directa exige horas extraordinárias? Não percebo. Continuamos com um número idêntico de trabalhadores ao que tínhamos em 2001, ou seja, 400 trabalhadores, onde estão incluídos serviços que não podem deixar de fazer horas ex-

traordinárias. Por exemplo, nas escolas com a limpeza e as actividades extra-curriculares. Também em relação aos bombeiros municipais. Mas há um conjunto de actividades que fazemos no concelho e onde reduzimos os custos das horas extraordinárias e foi bastante significativo.--------

-------- Sobre a questão de compensar em tempo, sempre se fez na Câmara Municipal de Coruche, em 1991, 1995, 1997, 2001, 2005 e 2011. Sabemos que havia trabalhadores que passavam o Inverno em casa para recuperar horas feitas no Verão. Sempre se fez assim.----------

-------- Em relação à instalação de ciganos em Santo Antonino, na Azervadinha e nos Montinhos, quem é que lhe deu as chapas de cimento ou os cheques para comprarem materiais no M.C.Caçador? Quem é que fazia requisições em papel pardo? Quem é que instalou a luz e os contadores de água? Quem é que promoveu a construção desta habitação? O que é que nós fizemos no sentido de aumentar aqueles bairros e no sentido de aumentar o crescimento de barracas? Nós fizemos algumas demolições de barracas e não demos uma chapa de zinco ou uma saca de cimento. Efectivamente, hoje moram menos pessoas nesses locais. Alguns deslocaram-se e outros conseguiram riqueza fácil (digo eu) e estão a viver em habitações que compraram nos mais diversos locais do concelho. Não conheço forma mágica para a desocupação daqueles bairros, a não ser que a Câmara optasse por construir habitação social para aquele estrato da população (coisa que não está, de facto, nos nossos objectivos). ----------

-------- Temos o Programa Casas com Gente e o Programa de Apoio ao Conforto Habitacional, os quais obedecem a um regulamento e a regras. Dar dinheiro e cheques à porta da Câmara Municipal e no Gabinete do Presidente da Câmara, isso não fazemos e não promovemos esse tipo de ocupação do território.----------

-------- Não é verdade dizer que a Câmara Municipal só investe na sede do concelho. Quem é que fez a Zona Industrial do Couço? Quem é que apoiou o Governo aquando da construção da EBI do Couço e da Extensão de Saúde do Couço? Quem é que construiu o Relvado Sintético do Couço? A Câmara tem feito um desenvolvimento integrado do concelho.----------

-------- As obras constam do Boletim Municipal, mas ignoraram-nas. Temos, de facto, de chamar a atenção para essa política de construção de Centros Escolares, na Fajarda e na Lamarosa, e ainda pretendemos vir a construir na Branca e em Santana do Mato. Não nos limitamos a Coruche. Também os campos sintéticos em Coruche, no Couço, na Branca e em Santana do Mato. Estão a funcionar ao serviço da população, as colectividades estão organizadas (à excepção do Couço, onde o campo é utilizado pela colectividade dos Lagoíços).----------

-------- É evidente que o Açude do Rio Sorraia a fazer é em Coruche. ----------

-------- É evidente que o Quartel dos Bombeiros será feito em Coruche.----------

-------- Não é verdade que todas as iniciativas sejam na sede do concelho. Podemos falar de algumas infra-estruturas tais como a Zona Industrial do Couço, Zona Oficinal da Lamarosa, Estra-

da de Lagoíços/E.N. 251 no Couço, Rua António Roquete na Fajarda, Avenida da Liberdade em Santana do Mato e vários investimentos da Águas do Ribatejo. ----------

--------Voltando à política e ao voto, não é por acaso que resta à CDU só duas freguesias (o Couço e a Fajarda). Todas as outras são do PS. ----------

--------O Salazar é que dizia que os portugueses não sabiam o que era a democracia e que não podiam votar porque não estavam preparados. ----------

--------As pessoas estão preparadas e escolhem aqueles que acham que são os melhores. Desde 2001 têm vindo a reforçar a maioria do Partido Socialista e a atribuir a maioria da gestão das freguesias ao Partido Socialista. Parece que isto é uma evidência. ----------

--------A azia é uma coisa que é perturbadora. Eu estou bem disposto, satisfeito e tranquilo. Depois destas horas todas não tenho azia e chegarei a casa satisfeito porque, efectivamente, há uma sensação de dever cumprido. Estes dez anos são extraordinários para a promoção do concelho de Coruche. ----------

--------Quanto à TDT, a questão é preocupante. A grande maioria das pessoas têm de gastar algum dinheiro para poderem ver televisão em casa. Nalguns casos são despesas acima de 100 €. É, de facto, um "assalto" à bolsa das pessoas. É complicado, não há sinal nalguns locais do concelho, como nos Foros de Coruche, na Lamarosa e no Couço.----------

--------O Presidente da Assembleia referiu: Desejo a todos os presentes um bom Natal e um bom ano de 2012. ----------

--------**ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, às duas horas e trinta e cinco minutos, do dia dezassete de Dezembro do corrente, da qual para constar, se lavrou a presente acta, que eu, Nelson Fernando Nunes Galvão, Primeiro Secretário, subscrevo. ----------

O Primeiro Secretário

_____

O Presidente da Assembleia Municipal

_____